



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANANDA DOURADO PORTO

**AFETO E AUTO-ORGANIZAÇÃO NAS TRAJETÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA
DAS MULHERES: UMA AUTOETNOGRAFIA DA MARCHA DAS MARGARIDAS**

2019

**JOÃO PESSOA
2022**

ANANDA DOURADO PORTO

**AFETO E AUTO-ORGANIZAÇÃO NAS TRAJETÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA
DAS MULHERES: UMA AUTOETNOGRAFIA DA MARCHA DAS MARGARIDAS
2019**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

JOÃO PESSOA
2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P853a Porto, Ananda Dourado.

Afeto e auto-organização nas trajetórias de luta e resistência das mulheres [manuscrito] : uma autoetnografia da marcha das margaridas 2019 / Ananda Dourado Porto. - 2022.
72 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Feminismo. 2. Mulheres. 3. Interseccionalidade. 4. Movimentos sociais. 5. Afeto. I. Título

21. ed. CDD 305.4

ANANDA DOURADO PORTO

AFETO E AUTO-ORGANIZAÇÃO NAS TRAJETÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA
DAS MULHERES: UMA AUTOETNOGRAFIA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2019

Trabalho de Conclusão de Curso ou Tese ou
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa e
Segurança.

Aprovada em: 21/02/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Silvia Garcia Nogueira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Jennifer Jacomini de Jesus
Universidade de Brasília (UNB)



Profa. Dra. Adriana Anaconda Muñoz
Universidad del Valle



Dra. Heloisa Helena de Sousa Franco Oliveira

Dedico este trabalho às duas mulheres que tenho como referências de afeto e que partiram durante sua produção.

À Bruna Andrade, minha amiga de infância que tanto me ensinou sobre força e gentileza.

E à Paula Oliveira Adissi, companheira mística que me inspirou a escrevê-lo.

AGRADECIMENTOS

Durante a construção desse trabalho inúmeras vezes achei que não o terminaria, apesar da importância do tema e do quanto significa para mim, os desafios da realidade e seu conflito com a lógica e o tempo de produção acadêmica me colocaram em uma posição de esgotamento. Mas sempre que me entregava ao desalento o amparo daqueles e daquelas que me inspiram e tanto me ensinam se materializava em força para seguir a caminhada.

Aos meus pais e aos meus irmãos, agradeço o incentivo desde a infância para trilhar meu caminho rumo ao mundo em que acredito. Por me dar coragem e abrigo para as mais diversas empreitadas e pela esperança que depositam em mim.

À Sarah, Edith, Luan, Suerda e Raabe por me mostrarem que a academia também pode nos trazer afetos duradouros, pelas discussões, trocas, afagos, pela amizade e pelo carinho que transbordam e que é recíproco.

À Kevin, Morgana e Monalisa pela presença, pelo cuidado e pelo constante lembrete de defender a alegria e viver de forma prazerosa por mais dura que pareça a realidade.

À Bárbara, Joana, Camila, Dani, Vera, Ângela, Ana Laura, Ana Cristina e Helô por sempre ampliarem meus horizontes e mostrarem o trajeto para a mulher que quero me tornar. Pelo apoio, inspiração e por caminhar ao meu lado na construção de um amanhã livre para todas as mulheres.

À Saulo por ser exemplo de pessoa e de profissional, pela dedicação e paciência que tornaram as disciplinas do mestrado mais leves, por ser fonte de admiração e gentileza em um ambiente tão hostil.

À Paulo por ser um orientador-amigo que tanto me ajuda e inspira, pelas conversas profundas e o olhar sensível. Agradeço principalmente pela liberdade, pelo apoio paciente e cuidadoso, por me permitir estudar e escrever o que acredito e por partilhar a afronta.

Às professoras Adriana, Jennifer, Silvia e Helô por aceitarem participar da banca, pelo olhar acolhedor na leitura do trabalho, por tantas contribuições atenciosas para essa e para as próximas pesquisas e pela disponibilidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de pesquisa.

*“Pois que é nas mulheres que deposito minha fé
E a elas rezo para merecer essa irmandade,
À mais anônima e à que todas o nome conhecem
Às que habitam esferas passadas
e as que ao meu lado caminham.
A elas eu rezo para merecer essa irmandade,
Pois que é nas mulheres que eu deposito a minha fé.
Às mulheres que teceram, no anonimato ou na infâmia,
os espaços que ocupo, eu oriento as minhas orações:
Que eu possa ser filha, mãe e irmã de todas que encontrar,
Pois que é nas mulheres que deposito minha fé.
Nos ventres redondos, seios fartos,
Braços musculosos ou pernas fortes
Ou nos corpos frágeis recendendo suavidade,
– não importa –
Pois que é nas mulheres que deposito minha fé.
E elas ensinam e me ensinaram:
A nunca reprimir uma mulher livre,
– Nunca mais –
A nunca me reduzir em feminilidades,
– Nunca mais –
A nunca acreditar nas mentiras dos que definem,
A nunca calar diante do desamor.
Pois que é nas mulheres que eu deposito minha fé
E serão elas a me guiar nas trilhas incertas que abrimos juntas.
E que possa perpetuar a dívida eterna
Doando o que recebi a outras mulheres,
Nas quais deposito a minha fé.
As que nasceram e as que se tornaram,
As por dentro, as por fora
E as mil possibilidades da textura.
E que possamos combater
Intrincadas formas de opressão,
As que vivo e as que não.
Que contra todas eu possa lutar
Pois que é nas mulheres que deposito a minha fé,
Que sejam elas a me dizer como ser mulher;
Ainda que desafie a compreensão,
Que estraçalhe seguranças mofadas,
Que me mostrem asperezas que não quero ver,
Pois são elas que entendem a necessidade do abraço
E são elas que determinam os meus passos.
Pois que é nas mulheres que deposito a minha fé.”*

Laura Moreira

Resumo

Nesta dissertação, investigo as estratégias desenvolvidas pelas mulheres em suas trajetórias de luta e resistência, e adoto como ferramentas centrais para a análise um olhar popular, interseccional, decolonial e antissistêmico. O diferencial do trabalho está na condição de militante e participação ativa na Marcha das Margaridas 2019. Para tanto, utilizo uma abordagem qualitativa, a partir da revisão de literatura, mas focada na autoetnografia. Apresento discussões que considero relevantes sobre a situação das mulheres na sociedade brasileira e percepções das interlocutoras sobre a ação e suas memórias. Para evidenciar que, apesar do cenário de retrocesso, nos colocamos enquanto agentes políticos ativos e potentes no enfrentamento diário à violência imposta pela conjuntura, adotamos o afeto como importante discurso político de resistência e a auto-organização como estratégia central de luta e sobrevivência inerente as mulheres.

Palavras-chave: Mulheres. Movimentos Sociais. Interseccionalidade. Feminismo. Afeto.

Resumen

En esta disertación, investigo las estrategias desarrolladas por las mujeres en sus trayectorias de lucha y resistencia, adopto como herramientas centrales de análisis una perspectiva popular, interseccional, decolonial y antisistémica. El diferencial del trabajo está en la condición de participación militante y activa en la Marcha de las Margaridas 2019. Para eso, utilizo un abordaje cualitativa, basada en la revisión bibliográfica, pero centrada en la autoetnografía. Presento discusiones que considero relevantes sobre la situación de la mujer en la sociedad brasileña y las percepciones de las interlocutoras sobre la acción y sus memorias. Para mostrar que, a pesar del escenario de retroceso, nos mantenemos como agentes políticas activas y potentes en el enfrentamiento cotidiano a la violencia que impone el cenario, adoptamos el afecto como importante discurso político de resistencia y la autoorganización como estrategia central de lucha y supervivencia inherentes a las mujeres.

Palabras clave: Mujeres. Movimientos Sociales. Interseccionalidad. Feminismo. Afecto.

SUMÁRIO

1. DIAS MULHERES VIRÃO	9
1.1. UM OLHAR POPULAR, INTERSECCIONAL, DECOLONIAL E ANTISSISTÊMICO	17
1.2. FEMINISMO PARA ALÉM DA PERSPECTIVA EUROCÊNTRICA	27
2. MARCHA DAS MARGARIDAS	33
2.1. EM TEMPOS DE OFENSIVA CONSERVADORA: RESISTÊNCIA	36
2.2. HISTÓRIAS QUE SALTAM	42
3. ESTRATÉGIAS DE LUTA: TRANSGREDIR E TRANSFORMAR	48
3.1. AFETO	50
3.2. AUTO-ORGANIZAÇÃO: ESTRATÉGIA INERENTE ÀS MULHERES	55
3.3. INSPIRAÇÃO FEMINISTA – PAULA OLIVEIRA ADISSI.....	63
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	67

1. DIAS MULHERES VIRÃO

*“Ahora tengo la palabra
 y descubro que la palabra es buena.
 Oigo mi voz,
 resuena.
 Quien fui,
 quien soy,
 quien puedo ser.
 Del susurro al grito voy recordando la palabra,
 voy contando la historia
 sin la voz del patriarca.
 Voy limpiándome la piel de los calificativos:
 bruja
 puta
 loca
 pecadora.
 Aún no lo he dicho todo, pero lo haré
 porque ahora tengo la palabra.”*

Maria Cano

A inquietação que deu origem a esse trabalho se tornou mais evidente para mim pela frequência que aparecia nas discussões com minhas companheiras de luta e de jornada como um todo. Ela não era só minha, mas de muitas de nós, a angústia ao observar o conforto dos homens ao ocupar espaços de fala¹ que não eram seus, até mesmo para refletir ou questionar as nossas próprias experiências políticas e sociais enquanto mulheres. Afinal, todos os espaços eram deles e para eles, são criados com esse pensamento que é reforçado ao longo de suas vidas, enquanto nós mulheres, da maneira oposta.

Este poema da escritora colombiana Maria Cano representa o despertar e a revolta, o processo de retomada do nosso ser, da nossa identidade, da nossa potência. A identificação da violência do apagamento histórico muito bem construído e reforçado, disfarçado de moralidade e sempre a serviço do patriarcado. Que o poema se transforme em instiga, para ocupar o nosso lugar e não arredar o pé.

¹ Enquanto espaços de fala me refiro não a ideia de que não se pode falar sobre realidades e sistemas que não os atravessam, mas com o conceito de Djamila Ribeiro (2017) de que, de acordo com seus recortes, ou como ela denomina suas “localizações sociais”, as pessoas possuem sua voz desautorizada e passam por um silenciamento ou ocultação, enquanto outras que possuem o privilégio da fala garantido pela branquitude, pela heteronormatividade, pelo patriarcado e pelo capitalismo alcançam maior projeção e contribuem para a continuidade desse processo.

Durante a produção desse trabalho usei muitas vezes a analogia de sua escrita como um diário de campo da minha própria vivência e das que pude observar através da militância feminista. Muitas vivências que a própria existência nesse país, assolado pelo fascismo, já se configura enquanto um ato de resistência. O avanço do fascismo aparece cada vez mais marcado ao analisarmos a situação da “democracia” brasileira, pois uma parcela significativa da sociedade naturaliza a marginalização e até mesmo o extermínio de uma série de existências em nome de uma suposta ordem. Essas existências são associadas à pobreza, à criminalidade e ao “pecado” como justificativa para imposição da violência pelas classes detentoras do poder, evidenciando assim que no Brasil não há contradição entre fascismo e capitalismo (BARROS; BENÍCIO; PINHEIRO, 2017, p.76).

Outro privilégio que tive graças à auto-organização no movimento de mulheres foi o contato com o resgate da nossa memória, esforço coletivo de muitas organizações e companheiras na construção das lutas populares. Quando nos debruçamos para estudar a história das mulheres percebemos que essa é uma história de ocultamentos e emergências, sendo que mais de ocultamentos, formando uma história sem memória. As mulheres precisam se reapropriar dos fragmentos dessa história, transformá-los em revolta, para que estejam presentes em suas práticas cotidianas e concretizem o sonho do fim da sua dominação e exploração (SOUZA-LOBO, 1991). Essa história fica evidente na produção do conhecimento, sendo que a ciência moderna era produzida por e para homens brancos ocidentais e, quando mulheres produziam conhecimento, lhes era desapropriado. Apesar da inserção, através de muito esforço, de outros grupos sociais, ainda segue reproduzindo majoritariamente seus discursos.

Assim como enfatiza a socióloga brasileira Elizabeth Souza-Lobo (1991) há um esforço histórico patriarcal no processo de silenciamento e invisibilização das mulheres. Não é que as mulheres não tiveram voz, ou não estivessem emergindo e construindo ativamente os processos históricos, sua participação foi e ainda é cotidianamente ocultada de maneira intencional. Quando estudamos história antiga, da Idade Média e até mesmo os processos revolucionários, o papel das mulheres aparece como aquele que lhes é atribuído pela categoria gênero, seres sem vontades e desejos dedicados à família e, dependendo do cenário, à religião, ou apagadas dos movimentos revolucionários.

Ao seguir essa concepção acredito que é importante evidenciar de onde parto, as estruturas e lentes que moldaram minha vivência e também as que escolhi para moldar essa pesquisa, já que não acredito na falácia iluminista da busca pela neutralidade.

Sou uma mulher bissexual e nordestina do sertão da Bahia, filha e neta de camponeses, que teve o privilégio do acesso a uma educação formal e a única da minha família com um grau superior, graças ao suor de meus pais. Tive contato com o feminismo liberal ainda na escola, mas apesar de me identificar com algumas pautas, este era distante da minha realidade, já parecia pouco nos meus quinze anos, pois não conseguia visualizar a mudança na vida das mulheres da minha família através dele. Ao chegar na universidade tive contato com os movimentos sociais e entrei no movimento de mulheres; através deste, conheci o feminismo popular e nele consegui visualizar a liberdade das mulheres negras, camponesas, indígenas e LGBTQIA+ próximas a mim, o que fez me engajar no seu estudo, sua prática e nas lutas para mudar a vida das mulheres, de todas as mulheres, até que todas sejamos livres.

Entretanto, nas tentativas anteriores de pesquisa ouvi muitas vezes que possuía uma escrita agressiva, panfletária e que isso não era bem visto academicamente, algo que tentei podar a todo custo. Para que a discussão realizada fosse validada pelo meio acadêmico que estava inserida precisaria também terceirizá-la, adotar uma linguagem neutra e utilizar autores e autoras consolidadas nas Relações Internacionais, de preferência europeias e estadunidenses. A metodologia também deveria ser específica do campo, assim como as principais ferramentas de análise, etnocêntricas e elitistas.

Ao tentar seguir essa lógica mercantilista e desumanizante de produzir “ciência”, mesmo preservando o tema que me era tão caro e as discussões que considerava relevantes, me deparei com a descaracterização e o distanciamento do trabalho. O resultado foi a falha em atender tanto o que eu entendia que se esperava de um trabalho “feminista” nas Relações Internacionais, quanto o que eu, enquanto aspirante a pesquisadora, tinha como objetivo produzir.

Adentrei ao mestrado com o objetivo de não cometer o mesmo erro, de me desenvolver enquanto pesquisadora e buscar novas epistemologias que me permitissem retratar a realidade que faço parte e as pautas que defendo, no intuito de contribuir para sua transformação. Além de acadêmica, sou militante popular e acredito no poder da pesquisa e da produção teórica como ferramentas revolucionárias, por isso estas devem estar conectadas à realidade. Ao contrário do que se prega na produção que busca a neutralidade e homogeneização, ao falar da realidade das mulheres, de suas lutas e opressões, é emancipatório reivindicar o lugar de onde se fala e os recortes que nos atravessam, acredito que essa prática é parte imprescindível do resgate e construção da nossa história.

Por isso, me identifiquei com a postura política que Walter Mignolo (2014) definiu como desobediência epistêmica. A forma de produzir e repassar o conhecimento é um instrumento consolidado de colonização² e, para combatê-la, de fato é preciso romper com o projeto moderno universalizador que homogeneiza e molda o conhecimento para que este seja considerado “ciência de verdade” que promove “salvação e progresso”. A desobediência epistêmica propõe romper com essa lógica e adotar a descolonização em todas as formas e etapas da produção científica para fazer emergir a pluriversalidade.

A principal contribuição deste trabalho não está somente nos fenômenos que analiso e sim nas lentes que os construíram, escolhidas por mim ou não. Como as que se apresentaram de forma sutil ou avassaladora durante a pesquisa e se tornaram indissociáveis, já que são, antes de interlocutoras ou fontes primárias e secundárias, os sujeitos políticos que tenho enquanto referência. Para alguns, a escolha de utilizá-las ou a forma que as apresento configuram uma escrita “panfletária”, porém considero esta uma obrigação revolucionária na busca por ecoar vozes que, assim como a filósofa argentina Maria Lugones (2010) se identificava, também considero teóricas da resistência³.

Dessa forma, busco ao longo do trabalho trazer e dar prioridade aos conceitos e discussões de autoras latino-americanas, negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, camponesas e também as percepções de companheiras coletadas na pesquisa de campo. Pois, entendo que é necessário evidenciar esse compromisso enquanto posição política de retomada por meio da documentação de narrativas e de construção da memória de mulheres.

Como minha construção acadêmica e a produção deste trabalho partem do campo das Relações Internacionais, entendo que é importante fazer algumas considerações sobre este. Desde a formação da disciplina seus pilares foram o etnocentrismo e a cumplicidade com as relações de dominação a partir do eixo Estados Unidos- Europa. Os principais teóricos que determinavam a agenda estavam presos à mentalidade colonial e suas epistemologias não

² Conceito atrelado ao pensamento de Anibal Quijano que compreende o conhecimento como um dos pilares da colonização do poder, estrutura de dominação e hierarquização empregada pela colonialidade (QUIJANO, 2008). Este foi aprofundado por Walter Mignolo (2014) ao cunhar o conceito de colonização do saber e do ser, a partir do entendimento de que a colonização retira do indivíduo seus saberes, sua cultura, sua autonomia e sua essência, reconstruindo o seu imaginário.

³ Enquanto teóricas da resistência considero tanto as intelectuais que desenvolvem suas teorias de maneira formal quanto as mulheres que militam em movimentos ou vivem e analisam os processos em que estão inseridas, pois suas experiências são políticas e seus acúmulos impactam socialmente a realidade pela construção de suas lutas.

comportavam as diferentes realidades existentes, ou sequer se importavam com elas e seus desdobramentos e “interferências” nas dinâmicas do Sistema Internacional.

Sua forma de produzir ciência ‘neutra’ e ‘imparcial’ que ainda segue majoritariamente uma lógica de empresa científica, profissionalizante e desumanizante, reproduz padrões de poder, perpassados por gênero, classe, raça e sexualidade, que silencia, violenta e invisibiliza diversas existências e lugares sociais consideradas inúteis para a modernização do Estado e de suas esferas produtivas (WALSH, 2014). Ainda assim, as mulheres, e outras minorias sociais, têm se inserido e disputado seus espaços de produção de conhecimento, desenvolvendo uma produção extensiva que infelizmente ainda é secundarizada por temas considerados mais “relevantes”.

Muitas pesquisadoras feministas resistem para transformar a disciplina ao questionar o *status quo*, as práticas e teóricos que definem a agenda (VENTURA, KRITSCH, 2017). O reconhecimento das estruturas de gênero, a concepção de que este é sim parte dos processos que geram a disciplina e os debates de gênero internos são relativamente recentes se considerarmos seu desenvolvimento em outras áreas das ciências sociais.

Há um esforço por parte das mulheres que compõem a disciplina de não apenas utilizar abordagens diversas, mas de criar novas perspectivas e epistemologias. Um esforço de recuperar e inserir seus conhecimentos e transformar não apenas as Relações Internacionais, mas a sociedade. Esforço este que tem pouco ou nenhum significado para o grupo seletivo de teóricos que ainda consideram a disciplina como “a ciência dos civilizados, ou melhor, que estuda os povos suficientemente civilizados para se constituírem na forma de Estados, na compreensão de Beier (2006) e Urt (2016)” (GALHERA; MASO, 2017, p. 2).

Algumas pesquisadoras feministas oferecem alternativas às questões tradicionais da disciplina, outras se empenham em expandir seus limites. Uma variedade que se coloca enquanto oposição ao *status quo* com suas histórias, seus lugares de fala, seus pontos de vista. Todavia, seguem sofrendo diversas formas de exclusão sistemática nas atividades, no campo e na produção de conhecimento. Quão altas precisam ser as vozes para que possamos ouvi-las? (VENTURA; KRITSCH, 2017, p. 49).

As teorias feministas e decoloniais que emergem na América Latina atendem à essa indagação, pois buscam a descolonização do conhecimento através do combate à limitada oferta de fazer e pensar o mesmo. Para tanto, reforçam a necessidade vital de teorização própria de narrativas localizadas que descentralizem as referências atuais e a criação de múltiplas

epistemologias para dar conta de suas existências. Um olhar racializado, feminista e decolonial que dê visibilidade não somente às pessoas com o privilégio da fala (BOZZANO, 2019, p. 5), já que as principais teóricas e epistemologias feministas das Relações Internacionais são brancas, estadunidenses e europeias.

O projeto decolonial rompe com essa visão ocidental de apenas um mundo (colonial) e ao invés de muitas visões, traz à tona muitas realidades, antes invisibilizadas e desconsideradas (BLANEY; TICKNER, 2017). Assim, as teorias feministas e decoloniais produzem e defendem uma diversidade epistêmica, com o objetivo de dar visibilidade para aquelas que normalmente são ocultadas, por estarem subjugadas aos recortes de gênero, classe, raça e sexualidade (BOZZANO, 2019).

Já se passaram 30 anos desde que os pilares dos estudos de gênero se ergueram nas Relações Internacionais, mas estes seguem sendo desmerecidos e invisibilizados. As mulheres que compõem o campo seguem sendo ocultadas, quando não lhes é cedido o espaço de fala (aqui se aplica às discussões, palestras, a possibilidade de dar aula, a escrita e tudo mais que envolva atividades profissionais e produção de conhecimento).

Avanços foram alcançados nos debates da disciplina e nas lutas das mulheres em geral, mas ao observar a situação das mulheres como um todo no Brasil e na América Latina, apesar do esforço significativo de muitas, ainda há muito o que avançar. É preciso romper com os sistemas de dominação e dar visibilidade às mulheres marginalizadas, expandir os limites da disciplina, combater a violência epistêmica e contribuir para o desenvolvimento de ferramentas teóricas e metodológicas que se apliquem à região.

É preciso avançar e compreender o retrocesso e a violência epistêmica cometida ao escolher reproduzir certos discursos tradicionais de poder. A produção teórica das Relações Internacionais no Brasil deveria refletir a realidade em que está inserida, seu local e tempo histórico, e contribuir para a sua transformação. É preciso construir novas referências e dar visibilidade a outras já consideradas relevantes em seus locais sociais, mas que não adentram à disciplina por sua produção continuar centrada nas fontes ocidentais. É preciso avançar enquanto ciência e entender que certos debates já foram ou deveriam ser entendidos como superados.

Como mencionei anteriormente na pesquisa, tive como referência na construção do trabalho as contribuições teóricas e metodológicas de Lélia Gonzalez, María Lugones, Carla Akotirene, Ochy Curiel, Oyèrónké Oyèwùmí, Beatriz Nascimento, Geni Nuñez, Helena Hirata,

Susana de Castro, Audre Lorde, Yuderkys Espinosa Miñoso, Heloísa Buarque de Hollanda, Paulo Freire, Silvia Federici, Rosana Guber, Walter Mignolo, Françoise Vergès, Julieta Paredes, Ramón Grosfoguel e Bell Hooks.

Escrevo em primeira pessoa do singular e no lugar da busca pela “neutralidade”, evidencio meus posicionamentos e vivências. Concordo com a visão de Juliana Mota (2015) de que: “o pesquisador em um trabalho acadêmico não elabora sua interpretação sobre os “outros” sem refletir sobre a ação particular de si mesmo, de quem observa, descreve, analisa, interpreta e escreve” (MOTA, 2015 p.38).

Nesse sentido, a dissertação possui uma abordagem qualitativa de cunho etnográfico, baseada na revisão de literatura, autoetnografia e relatos biográficos, além da utilização de fotografias tiradas por mim na pesquisa de campo como dispositivo de memória. Apresento conceitos e ferramentas sem me aprofundar em suas possibilidades de aplicação; o intuito é formar uma breve análise da condição das mulheres na sociedade brasileira nos últimos anos.

Durante a produção do trabalho tive a intenção de ecoar debates e acúmulos que tive acesso através da militância, por isso utilizei textos dos próprios movimentos, as anotações do diário de campo e busquei textos de mulheres que construíram essas lutas e estão ou estiveram inseridas nos recortes e processos que analisam, por prezar a diversidade de perspectivas e para que forneçam suas próprias impressões.

Quanto à escolha da autoetnografia, inicialmente tinha receio de me propor ao desafio de utilizá-la por ter consciência do pouco tempo que possuo enquanto pesquisadora e não poder dedicar o tempo que gostaria ao estudo do método. Assim, trata-se de uma primeira tentativa, ainda sem o aprofundamento e minúcia necessária, por causa do pouco tempo disponível no mestrado. Já que a partir das discussões epistemológicas que tive contato resolvi que seria relevante apresentar o olhar militante na construção da Marcha das Margaridas 2019.

A autoetnografia está dividida em três etapas, a primeira baseada na observação participante desde a construção até a avaliação da marcha; nesta as interlocutoras falam através de mim como pesquisadora. Na segunda, os relatos biográficos da trajetória de interlocutoras que me inquietaram e considerei que seria importante destacar pelos aprendizados contidos e o potencial inspirador de suas vivências. E por último, o autorrelato da experiência na marcha e na militância com o foco no afeto e auto-organização como categorias de análise. A escrita de todas as etapas deriva das anotações do diário de campo que foram realizadas com o devido

rigor metodológico e o cuidado de preservar a identidade das interlocutoras, por isso adotei nomes fictícios de mulheres com histórico de luta.

Na análise, realizei uma leitura detalhada do material para associar as narrativas aos debates políticos e sociais da pesquisa no exercício de transferir e descrever não apenas a ação, mas as percepções das interlocutoras (SCHRIEWER; AGEA, 2015, p.125). Como faço parte do meio que me propus a analisar, optei pela autoetnografia como método investigativo, o que me permitiu sentir e participar de todo o processo sem a necessidade de conter ou deixar de expressar as emoções que senti e de transferi-las para o texto (GARRIDO; AGÍS, 2019, p.25).

Desde a participação no campo, a escrita do diário e a transferência do seu conteúdo para o trabalho, tive o cuidado de não reproduzir o que a antropóloga argentina Rosana Guber (2004) define como práticas etnocêntricas na antropologia social. Ao não permitir que meu conhecimento teórico, técnicas ou procedimentos metodológicos interferissem nas dinâmicas que estava inserida, ao não me colocar como o “outro” ou na posição externa de pesquisadora e não inferir no fluxo do mundo social. Pois o objetivo não é produzir um conhecimento dogmático, mecânico e etnocêntrico, e sim alcançar algo mais profundo, os sentidos próprios que as interlocutoras desenvolveram, o diálogo com a realidade que estudo, descentralizado de armadilhas acadêmicas (GUBER, 2004, p.44).

Nesse sentido, o objetivo geral é apresentar as estratégias que as mulheres desenvolvem para resistir aos retrocessos impostos pelos sistemas de dominação e exploração, enfrentar o adoecimento coletivo e ainda avançar em suas trajetórias de luta. Ou seja, apesar do cenário de retrocesso, do qual não somos só vítimas, mas agentes políticos ativos e potentes no enfrentamento diário à violência imposta pela conjuntura, adotamos o afeto como um discurso político e a auto-organização como importante estratégia de resistência.

Ao longo do trabalho inseri poesias, trechos de discurso e músicas que se relacionam com a discussão que busco trazer no texto, por acreditar no papel inspirador e mobilizador da arte. Como o revolucionário cubano José Martí defendia, a poesia é o que realmente nos dá sustento, desejo, alento e força de vida em qualquer cenário, mesmo nos mais difíceis. Entendo que toda arte é política, comprometida e atravessada pelo tempo em que foi produzida, mas nem toda arte é de luta. Não só pelos temas que apresentam, como pelas mãos que a produzem, que carregam as vivências dos recortes e a busca pela transformação da sociedade (VASQUES, 2017). Por isso, inseri autoras que considero lutadoras do povo latino-americano e que transmitem com sensibilidade suas trajetórias.

A dissertação está dividida em capítulos nessa ordem: o primeiro capítulo traz as lentes escolhidas, um olhar popular, interseccional, decolonial e antissistêmico e a discussão sobre desenvolvimento do feminismo para além da perspectiva eurocêntrica. O segundo se propõe a apresentar a experiência da Marcha das Margaridas 2019 e trazer as percepções das interlocutoras e a minha através da autoetnografia. E o terceiro, as reflexões, baseadas também no autorrelato e percepções da marcha, sobre a importância do afeto e acúmulos⁴ da auto-organização para sua (r)existência.

1.1. UM OLHAR POPULAR, INTERSECCIONAL, DECOLONIAL E ANTISSISTÊMICO

*“A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue e fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.”*

Conceição Evaristo

⁴ Termo utilizado nos movimentos sociais para contribuições emancipatórias práticas e teóricas advindas da análise ou experiência em processos políticos, sociais e econômicos produzidos por companheiras/os/es ou pelo coletivo.

“Para as mulheres, não tem piso” esta reflexão de uma companheira do movimento de mulheres trazida no texto de Renata Moreno e Helena Zelic (2019) diante do retrocesso sofrido após o golpe de 2016 à primeira mulher eleita para a Presidência da República evidencia a realidade de que, para nós, nenhuma conquista está garantida. Mesmo quando realizada através de lutas construídas historicamente e tendo alcançado a institucionalidade, mesmo quando se chega a um lugar apenas imaginado e muitas vezes como inalcançável por companheiras do passado, nenhum direito é concreto ou imutável. Até porque o cenário pós-golpe, carregado de retrocessos e consecutivos ataques aos direitos das mulheres, faz questão de nos lembrar a serviço de quem está o Estado e que as mulheres estão na base da pirâmide de dominação e exploração.

No entanto, apesar da ofensiva neoliberal estruturada e consolidada em toda América Latina, as mulheres não estão dispostas a retroceder. Estas entendem a dimensão dos desafios colocados pelo presente, mas carregam consigo os acúmulos políticos práticos e teóricos de toda uma trajetória de luta que consolidou uma cultura política de reconhecimento dos aprendizados e construção de um horizonte de transformação. Em tempos de desinformação e fomento à violência, as mulheres se voltam para aprender com os seus erros, reavaliar suas teorias, avançar em suas discussões, reconstruir suas memórias e difundir todo esse processo como parte da resistência (MORENO; ZELIC, 2019, p. 7).

Assim como no poema da escritora brasileira Conceição Evaristo que trago na epígrafe deste tópico, os tempos ainda são de sangue e fome, mas seguimos diariamente tecendo o amanhã. Para que aquelas que vierem depois de nós não enfrentem os mesmos problemas e possam ecoar liberdade sem a antecipação quanto à eminência de um próximo ataque. Na construção desse futuro nos mantemos alertas.

As mulheres dos movimentos populares já avistavam a semente do fascismo germinando enquanto muitos ainda estavam presos à farsa da mudança pelo levante social burguês. Quando a classe média e a mídia hegemônica se posicionaram de forma irredutível frente à uma mulher sem crimes para usá-la de bode expiatório para uma crise política e econômica orquestrada e fomentada pelas elites entreguistas⁵ na ânsia de retomar as rédeas do país, as mulheres já incluíam essa armadilha em suas análises de conjuntura internas.

⁵ Era assim que Florestan Fernandes denominava a elite brasileira e latino-americana que, diferente das elites europeias, era incapaz até mesmo de alimentar a utopia capitalista para desenvolvimento nacional, preocupada apenas com manter sua posição de poder na região (FERNANDES, 1981, p.95).

Ouvi muitas vezes as reflexões de companheiras com muitos anos de militância atentas e preocupadas com as consequências dessa guinada conservadora nos anos seguintes. As previsões mais pessimistas se concretizaram, apoiadas no boi, na bíblia e na bala. O cenário é de retrocesso sem precedentes, precarização das formas de trabalho, aumento da violência, da fome, do desemprego, mercantilização dos nossos corpos, genocídio. E para sobreviver, as mulheres se apegam ao que tem de mais ancestral: o afeto e a solidariedade.

Os movimentos populares, organizações não governamentais e outras parcelas da sociedade civil se mobilizam para garantir o direito fundante do contrato social que o Estado neoliberal insiste em atacar mesmo em tempos pandêmicos, a vida. Se organizam em redes de afeto para garantir a sobrevivência coletiva. Trago esta contextualização para mostrar porque a lente do olhar popular é um dos pilares centrais desse trabalho. Não tenho a intenção de abordar questionamentos que não estejam conectados com o cotidiano das classes populares ou que os conceitos pareçam alheios ou incompreensíveis.

O distanciamento intencional do conhecimento é historicamente motivado por uma questão de classe e há uma relação direta entre o aumento da exploração em períodos de crise do capitalismo mundial e o ataque constante às mulheres. Já que, como pontua a filósofa italiana Silvia Federici (2017): “na sociedade capitalista a ‘feminilidade’ foi construída como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a história das mulheres é a história de classes” (FEDERICI, 2017, p.31). Desta forma, as atividades produtivas e reprodutivas constituem uma parte fundamental das lutas das mulheres e essa compreensão não deve ser afastada das camadas populares por hábitos acadêmicos coloniais.

A lente seguinte que adiciono à análise é a da interseccionalidade. O conceito foi criado pelas mulheres negras por não se sentirem representadas no feminismo e na luta antirracista, o que na prática foi consequência da exclusão ou desconsideração de suas pautas e contribuições, tanto no movimento negro ocupado majoritariamente por homens negros, quanto no movimento feminista centrado nas questões das mulheres brancas. Infelizmente, este conceito tem sido utilizado de forma despolitizada, a crítica das mulheres negras, com a qual eu concordo, é de que as discussões históricas que o geraram são ocultadas e seu objetivo político e social esvaziado.

Em sua origem, como nos traz a intelectual baiana Carla Akotirene (2019):

foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, mas, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, conquistou popularidade acadêmica, passando do significado originalmente proposto aos perigos do esvaziamento. A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-

metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2019, p.18-19).

Para Kimberlé Crenshaw (1991), a interseccionalidade é uma lente que surge na atuação de mulheres não brancas nos movimentos sociais, mulheres chicanas, afro-americanas, indígenas e latinas, que nos permite enxergar a realidade de forma empírica e teórica. Ferramenta metodológica de reflexão epistemológica que traz consigo acúmulos resultantes de experiências políticas individuais e coletivas, que é o caso de filósofas negras estadunidenses como Ângela Davis, Audre Lorde e Patrícia Hill Collins (CARVALHO, 2021, p.154).

Como o conceito foi apropriado de forma indevida por perspectivas hegemônicas e desconectado de sua origem, é necessário fazer o movimento inverso e descolonizar essa lógica, mantê-lo associado às mulheres e as causas que o geraram (AKOTIRENE, 2019, p.20). Nesse intuito, é imprescindível falar da Lélia Gonzalez, antropóloga, filósofa, escritora, brasileira, amefricana como ela se intitulava, que já refletia sobre a relação entre racismo e sexismo no início dos anos oitenta e foi uma das precursoras desse pensamento. Em suas palavras:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALEZ, 1980, p. 238).

Assim como nos mostra Lélia Gonzalez, não é possível separar a discussão de racismo e sexismo, pois estes foram entrelaçados pela colonialidade e estruturados de forma conjunta na sociedade. Por isso a crítica construtiva feita por María Lugones a essa ferramenta multicategorial é a de inserção da colonialidade na análise, pois se aplica a todas as mulheres não-brancas, não consideradas sequer mulheres pela branquitude ocidental. Para a autora, a própria noção de *raça branca* do ponto de vista do *Padrão Mundial de Poder Moderno Colonial* só se aplica aos europeus e parte dos estadunidenses, todo o resto são os *Outros* (CARVALHO, 2021, p.162).

No entanto, ainda que se aplique a todas as mulheres não-brancas, o coração do conceito de interseccionalidade é da mulher negra, surgiu no seio do feminismo negro enquanto ferramenta ancestral, já defendida por elas antes mesmo de ganhar esse nome. Como nos mostra a afro-estadunidense pioneira do feminismo negro, nascida no escravismo, Sojourner Truth em seu discurso “Eu não sou uma mulher?”, proferido em 1851 na Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio ao denunciar sua condição na sociedade e questionando a universalização da

mulher, como se todas fossem tratadas como tal e evidenciar a relação entre gênero, classe, raça e colonialidade (AKOTIRENE, 2019, p.25).

Outro aspecto importante dessa “lente” e do “olhar⁶ interseccional” pregados pelo feminismo negro é que este não se prende aos olhos, mas busca compreender todos os sentidos:

Quem já viu algum socorro prestado olhar as características fenotípicas da pessoa vitimada? Avaliar se é ‘mulher de verdade’ – e neste caso, se tem vagina, ou qual sua língua, se nativa ou estrangeira? O feminismo negro está interessado em socorrer considerando os sentidos: se a pessoa está responsiva aos estímulos lésbicos, se sofreu de ‘asfixia racial’, se foi tocada pela polícia, se está escutando articulações terceiro-mundistas. A única cosmovisão a utilizar apenas os olhos é a ocidental e esses olhos nos dizem que somos pessoas de cor, que somos Outros. A concepção de mundo que interessa ao feminismo negro se utiliza de todos os sentidos. E repito, não socorre as vítimas do colonialismo moderno prestando atenção à cor da pele, ao gênero, à sexualidade, genitália ou língua nativa. Considera isto, sim, humanidades (AKOTIRENE, 2019, p.24).

Essa abordagem ampla e de inclusão das diversidades que o feminismo negro possui e prega desencadeou muitas discussões invisibilizadas anteriormente e influenciou o surgimento de muitas vertentes como o transfeminismo⁷. Por compor a linha de frente dos mais afetados pelas estruturas de dominação-exploração, ambos sofriam e sofrem com a desumanização. Como declara a intelectual lésbica Audre Lorde (2018):

Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra gays e lésbicas é uma questão de negros, porque milhares de lésbicas e gays são negros. Não existe hierarquia de opressão. Eu não posso me dar ao luxo de lutar contra uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é direito de um grupo particular (LORDE, 2018 apud AKOTIRENE, 2019, p.43).

As lutas feministas compromissadas com a liberdade de todas as mulheres que buscam compreender sua diversidade e travar suas batalhas não separam, comparam ou hierarquizam pautas e ferramentas como gênero, interseccionalidade, colonialidade, heteronormatividade e monogamia. Esse é um hábito ocidental uniformizador e castrador de possibilidades de enfrentamento à dominação e exploração a que estamos submetidas. E por isso deve ser combatido; existem diversas vertentes do feminismo, diversos feminismos, e estas são construídas em múltiplas realidades, surgidos a partir da construção coletiva das mulheres de

⁶ No trabalho a utilização dos termos “olhar” e “lentes” é poética e metafórica, não tenho o intuito de excluir os outros sentidos da análise, pelo contrário.

⁷ O Transfeminismo surge enquanto crítica aos feminismos de base essencialista e naturalizantes sobre a perspectiva do que é ser mulher, estes se apegam a questões meramente biológicas e “morais”, além de adotar um viés cisheteronormativo, branco e privilegiado para formular suas proposições políticas e teóricas. O transfeminismo é um movimento social em constante construção aliado a feminismos marginais, interseccionais, pós-estruturalistas e decoloniais (MATTOS, A.; CIDADE, M.L., 2016, p. 144). Autoras como Jaqueline Gomes de Jesus (2014), Sayak Valencia (2018) e Yarlenis Mestre Malfran (2020) aprofundam essa discussão em seus trabalhos rompendo estigmas perpetuados pela cisgeneridade e cisheteronormatividade com um olhar crítico e compromissado com a vivência e a transformação da realidade das pessoas trans.

suas demandas em suas localidades. Isso não é desmobilizador como pregam as armadilhas coloniais, capitalistas e conservadoras, ao tentar ditar como a busca feminista por direitos, liberdade e respeito deve se comportar. Nós, mulheres, somos diversas e nossas lutas e correntes teóricas não têm como não o serem também.

A interseccionalidade, ao invés de somar identidades, o que se trata de uma interpretação errônea e inválida da ferramenta para Patrícia Hill Collins, busca analisar por quais estruturas os corpos são atravessados. Não se prende a uma questão identitária, já que a identidade não tem como se afastar ou abster de suas marcações sociais e políticas, são moldadas pelas condições estruturais de suas localizações sociais. Suas experiências políticas são resultado da interação entre as estruturas de dominação e exploração, capitalistas e colonialistas, naturalizadas pela opressão na forma de identidade (AKOTIRENE, 2019, p.43-44).

Outro acúmulo pioneiro do pensamento interseccional é a compreensão de como a realidade é complexa e ao ter nossos corpos atravessados por diferentes estruturas, podemos ser oprimidas e também contribuir diretamente com a violência empregada em outros corpos. Nem todo negro é homem, cis, gay, monogâmico, nem toda mulher é branca, cis, heterossexual, indígena, camponesa. Apesar dos esforços coloniais ao tentar limitar as capacidades humanas, seguimos diversas e combativas (Idem, p.45)

Assim, para tentar compreender um pouco mais dessa complexidade, trago para a análise o olhar decolonial⁸. Os estudos intitulados decoloniais surgem no final dos anos 1990 como uma crítica ao pensamento moderno europeu, mas principalmente com o intuito de construir um referencial latino-americano para analisar a formação sócio-histórica e a realidade da região. Um “giro decolonial” na luta contra o eurocentrismo e por uma nova opção epistêmica, teórica e política. Este movimento, organizado por um grupo transdisciplinar de autores e autoras, propõe uma renovação crítica das ciências sociais do continente (BALLESTRIN, 2013).

Para o sociólogo peruano Anibal Quijano (2008), um dos autores desse grupo, a colonialidade se estabelece enquanto consequência do Padrão Mundial de Poder Colonial Moderno e eurocentrado. Ela tem início com o colonialismo, que se atém ao movimento de dominação e exploração para o estabelecimento de colônias. Mas que toma uma forma muito

⁸ O termo é inglês, em português mudaria para descolonial, carregando consigo apenas o sentido de descolonização, mas não remeteria ao conceito e seu movimento de origem, nem a amplitude e complexidade do que significa de fato descolonizar. Por isso, assim como a maioria das autoras que utilizo no trabalho opto por manter o termo original para que ao identificá-lo no texto o leitor seja remetido a discussão que ele carrega.

mais ampla e complexa ao ser associada a outras estruturas para garantir a perpetuação dessa dominação ao longo do tempo, que inclusive permanece viva nas relações sociais até hoje, de uma forma mais sofisticada e entranhada desde as instituições do Estado, às relações sociais e ao próprio subconsciente dos indivíduos. A colonialidade é uma estrutura de dominação duradoura empregada pelo poder como um espaço, presente nos discursos, práticas e comportamentos, na colonização do imaginário, que tem como principal objetivo a subalternização dos povos colonizados e a permanência da hegemonia da nação colonizadora (QUIJANO, 2008).

Esse padrão de poder é histórico atual e planetário. Os eixos fundantes desse processo foram:

racialização dos povos colonizados, narrativa etnocêntrica evolucionista, pensamento dicotômico hierárquico e controle da força de trabalho. A criação do constructo mental raça é aplicada aos povos africanos, americanos de forma colonial tanto em sua classificação essencialista como na normatização das regras e divisão internacional do trabalho. A narrativa colonial moderna toma a Europa como marco civilizatório do ponto de vista evolucionista considerando natureza e cultura como esferas antagônicas em termos civilizatórios” (CARVALHO, 2021, p.78).

Essa narrativa binária está presente nas diferentes faces da colonialidade, em uma espécie de lógica maniqueísta da qual a América foi o primeiro espaço/tempo do seu padrão de poder. Seus eixos fundantes convergiram e se estabeleceram, a codificação das diferenças dos conquistadores e conquistados na ideia de raça se uniu à junção de todas as formas históricas de controle do trabalho em torno do capital e do mercado mundial. Estes foram assumidos pelos conquistadores como elementos constitutivos das relações de dominação e do então novo padrão de poder (QUIJANO, 2008).

Para o sociólogo estadunidense Charles W. Mills (1997), a classificação racial presente nesse padrão se dá nos níveis macro (entre países e continentes), local (nacionalmente) e micro (corporeidade). Essa análise da colonialidade do poder em sua complexidade e ramificação é mola propulsora das abordagens decoloniais e das lentes que surgem a partir desse conceito central. Estas foram desenvolvidas por pensadores latino-americanos e afrolatinoamericanos que enfatizam como a exploração das pessoas de origem africana e dos povos nativos americanos foi decisiva para o estabelecimento do poder capitalista e da modernidade, que se globalizam a partir da América (SOTO, 2019, p.18).

Outra expressão dessa dominação ocorre através da colonialidade do saber, que está relacionada à questão epistemológica, à produção do conhecimento. Ocorre através da

apropriação, ocultação ou inferiorização de determinada cultura para a imposição de um conhecimento universalizante. É considerado normal que apenas homens ocidentais de cinco países sejam a base do pensamento de todas as disciplinas das universidades ocidentalizadas, sendo este o resultado da estrutura de conhecimento racista e sexista normalizadas no mundo colonial (GROSFOGUEL, 2013, p.52).

A distinção hierárquica entre conquistadores e conquistados foi imposta aos colonizados como humanos e não humanos, acompanhada por outras distinções dicotômicas como a de gênero, classificando os povos em termos de colonialidade de poder e de gênero através de um processo desumanizante. Esta desumanização realizada pela máscara da “missão civilizatória” permitiu um acesso brutal aos corpos, a violação sexual, exploração, controle da reprodução e terror sistemático. Além da colonização da memória, que retirou dos indivíduos colonizados as noções de si, sua relação com o mundo espiritual, com a terra, a sua concepção da realidade, identidade e organização social (LUGONES, 2010).

Assim, a colonialidade de gênero se mostra enquanto uma abordagem complementar à interseccionalidade:

A amefricanidade proposta por Lélia Gonzalez, na década de 1980, e, em seguida, a abordagem decolonial, consolidada nos anos 2000 de modo cabal, através de María Lugones, pensadora argentina, criticam a postura missionária da civilização ocidental – metodologicamente interseccionam as estruturas de raça, gênero, sexualidade, nação e classe, estabelecendo coro latino-americano contra o colonialismo, imperialismo e monopólio epistêmico ocidental” (AKOTIRENE, 2019, p.33).

O sistema colonial trouxe consigo pilares normatizadores de dominação e exploração, além da divisão binária de gênero, do patriarcado e da branquitude na busca incessante pela homogeneização das sociedades também trouxe consigo a heterossexualização compulsória e a monogamia. Essa busca pela padronização também gerou padrões estéticos e comportamentais que se desenvolveram em outras formas de opressão como a gordofobia e o capacitismo.

Com o aparato do cristianismo, a imposição brutal do sistema moderno de gênero realizou a distinção hierárquica entre brancos europeus enquanto homens e mulheres plenamente humanos e as pessoas colonizadas enquanto machos e fêmeas não encaixados na categoria gênero, não civilizados e pecaminosos. Porém, estas eram divididas pela categoria gênero, ferramenta normativa para condená-las. O macho representava a perfeição masculina e as fêmeas sua inversão e deformação, aqueles que não se encaixavam nessa distinção, viragos, hermafroditas, sodomitas eram interpretados como aberrações da perfeição masculina e quando performavam ou lhes eram atribuídos comportamentos ligados à feminilidade, isso era

considerado uma humilhação. Na distinção entre humanos e não humanos, sexo era uma categoria separada de gênero e não poderia ser inseparavelmente vinculado devido à racialização, ainda que seguissem numa tensão constante entre hipersexualização e passividade sexual no exercício do domínio dos corpos (LUGONES, 2014).

Neste cenário de sujeição, os próprios corpos se tornam políticos, o colonialismo impõe aos corpos apenas uma forma de ser e estar no mundo atrelada a mono temas, mono afeto, mono deus, mono sexualidades, mono gamias. E somente os que obedecem a essas ferramentas normativas são considerados humanos e dignos de cuidado. Assim, o direito de compor a humanidade e possuir valor afetivo é definido pelos valores ocidentais burgueses e pela moral sexual cristã (JAEGER, et al. 2019, p.7).

Um modo de combater essa lógica rumo à descolonização está na afirmação das identidades e sexualidades que não se encaixam no molde colonial. A sigla LGBTQIA+ foi criada e sofreu muitas alterações até chegar a esse formato não para separar, hierarquizar ou prender em caixinhas as pessoas que a constituem, mas para explicitar a diversidade dessa comunidade e de existências. A interpretação desta pode se dar através de duas perspectivas: a dos desejos ou sua ausência e a da divergência entre sexo biológico, identidade exercida socialmente e sentida psicologicamente (SARAIVA, 2014).

O reconhecimento como grupo é força motriz da resistência, pois cria identidades e consciência, possibilita a compreensão de sua condição e dos desafios que enfrentam diariamente nessa sociedade conservadora e moralista em que estamos inseridos. Além de ser fonte de apoio, afeto e admiração pelas referências que vieram antes de nós e por aquelas que estão trilhando a liberdade de ser o que realmente são e construindo o mundo que acreditamos.

Outra forma importante de combate a essa subjugação histórica é alinhar essas transformações na criação de epistemologias que acompanhem esses avanços:

A existência de diversidade epistêmica fornece o potencial para lutas de descolonização e despatriarcalização por não se centrar mais nas epistemologias e visões de mundo ocidentais. Digo despatriarcalização porque não há descolonização sem despatriarcalização e não há despatriarcalização sem descolonização, como feministas decoloniais como María Lugones, Ochy Curiel Pichardo ou Yuderkis Espinosa Miñoso nos lembram continuamente” (GROSFUGUEL, 2013, p.52, Tradução nossa).

A reflexão do sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel evidencia que não é suficiente o combate de apenas um sistema. Assim, insiro a última lente, o olhar antissistêmico. A desumanização colonial e a mercantilização capitalista avançam sobre nossos corpos com suas ferramentas entrelaçadas em ataques simultâneos, com alta capacidade de regeneração,

reinvenção e até mesmo apropriação das nossas bandeiras⁹. Mas, seguimos atentas às armadilhas capitalistas e coloniais, na tentativa diária de separação do problema das mulheres, dos negros, dos LGBTQIA+, dos indígenas, dos sem-terra, dos sem-teto, dos latino-americanos, dos asiáticos, dos africanos para individualizar nossas pautas, para nos desmobilizar. Os problemas possuem uma origem conectada e as lutas, ainda que possuam diversas frentes, são conjuntas e inevitavelmente antissistêmicas.

Segundo a antropóloga lésbica afro-dominicana Ochy Curiel Pichardo (2009), essa intersecção mostra que a colonialidade também atravessou as narrativas hegemônicas dos feminismos na América Latina, que através de uma narrativa ocidental geraram uma representação das mulheres enquanto objetos e vítimas dos acontecimentos e não enquanto sujeitos e agentes de sua própria história. Como se suas trajetórias e pautas fossem ditadas pelas feministas do primeiro mundo, ocultando suas experiências particulares e a construção de suas lutas e resistências. Para realizar um processo de descolonização dessa história é necessário resgatar as experiências, propostas políticas e de pensamento individuais e coletivas latino-americanas que foram desconsideradas pela característica fundamental da modernidade ocidental, a universalização (CURIEL, 2009).

⁹ O que tem feito de maneira bem sucedida com o feminismo, ao propagar e mercantilizar a vertente liberal como um produto ou modelo ao qual as outras vertentes e movimentos feministas deveriam se adaptar para aumentar seu alcance na sociedade.

1.2. FEMINISMO PARA ALÉM DA PERSPECTIVA ETNOCÊNTRICA

“A planta é feminina, a luta é feminina
 La mar, la sangre y mi América Latina
 O meu desejo é que o seu desejo não me defina
 A minha história é outra
 Tô rebobinando a fita
 [...]

A baixa autoestima da Dona Maria
 Da sua prima, da sua filha e sua vizinha
 Isso me intriga, isso me instiga
 E cê não entendeu o que significa feminista
 Esquento a barriga no fogão, esfrio na bacia
 Cuido do filho do patrão, minha filha tá sozinha
 A mão tá no trampo, a mente tá na filha
 Um monte de gaiato em volta ainda pequenina
 Porque depois dos 40 é de casa pra igreja
 É tudo por ninharia, pretendente Jesus, o Messias
 Tive que trabalhar, não pude parar
 Guerreira estradeira, capoeira na ginga
 Disseram pra neta que a vó era analfabeta
 O mundão tá doido!
 Acaba, mas ela não
 Minha vó formou na vida e nunca soube o que é reprovação
 Eis a questão: Se não me espelhou, não me espelhou?
 Não chamo de educação
 [...]

Salve! Negras dos sertões negras da Bahia
 Salve! Clementina, Leci, Jovelina
 Salve! Nortistas caribenhas clandestinas
 Salve! Negras da América latina
 Salve! Eu sei não é fácil chegar
 Salve! A gente sabe levantar
 Salve! Aonde eu for é o seu lugar
 Salve! Permanecemos vivas
 É por nós, por amor
 Por nós amor
 Por nós por amor.”

Ellen Oléria

A letra da cantora lésbica brasileira Ellen Oléria levanta uma análise necessária “o que significa ser feminista?” e que ganha ainda mais potência associada ao questionamento da filósofa afro-dominicana Yuderkys Espinosa Miñoso (2019) “O feminismo construído ao longo do século XX na América Latina é realmente nosso?”. Não tenho de forma alguma o intuito de reduzir ou desmerecer as lutas e discussões teóricas construídas em torno dos feminismos latino-americanos, mas o questionamento e o olhar crítico sobre sua origem, ramificação e

prática é imprescindível, revisitar seus conceitos e a quem eles realmente beneficiam não é uma opção, mas uma tarefa urgente para romper a dependência colonial. Como nos provoca Miñoso em seu texto:

Nem feminismo latino-americano, talvez nem feminismo na América Latina, já que o feminismo regional acolheu tenazmente certa razão feminista com pretensões de universalidade. Se parece que não há surpresa diante da afirmação de que o feminismo responde à modernidade, precisamos nos perguntar como nos dispusemos a segui-lo nas regiões do mundo onde a modernidade se revela como é: racista, eurocêntrica, capitalista, imperialista, colonial (MIÑOSO, 2019, p.111).

O conceito de feminismo surge como uma proposta que aglutina as lutas das mulheres, mas atado a um lugar e tempo determinados pela modernidade e se colocando contra o patriarcado. Entretanto, se assumirmos todas as lutas das mulheres em qualquer lugar e tempo contra o patriarcado como lutas feministas seria necessário realizar uma genealogia ampla e complexa não só da história das mulheres, mas do próprio feminismo e questionar até mesmo o que é de fato, pois as lutas das mulheres não são apenas contra o patriarcado (CURIEL, 2009).

As teóricas feministas ocidentais migraram as questões das mulheres restritas ao âmbito privado para o público ao identificar suas opressões e evidenciar sua exploração. Estas consolidaram academicamente gênero como uma categoria de análise e assumiram a categoria “mulher” e sua subordinação como universais. Assim, adiciono a análise os questionamentos afrocentrados da teórica nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2004):

Se o problema do gênero torna-se central na vida das mulheres brancas a ponto de outras dimensões serem excluídas, temos de nos perguntar: por que o gênero? Por que não alguma outra categoria, como raça, por exemplo, que é vista como fundamental pelos afro-estadunidenses? O gênero é socialmente construído, a categoria social “mulher” não é universal. Ainda, como outras formas de opressão e desigualdade estão presentes na sociedade, indagações adicionais devem ser feitas: por que gênero? Em que medida uma análise de gênero revela ou oculta outras formas de opressão? Quais são as condições femininas bem teorizadas pelos estudos feministas? Especificamente que grupo de mulheres é bem teorizado? Até que ponto a colocação do gênero em primeiro plano contribui com os desejos das mulheres e sua vontade de entender-se mais claramente? (OYEWÙMÍ, 2004, p.99-100).

O conceito de gênero ganhou forma e força com a antropóloga estadunidense Gayle Rubin (1975); para ela o sexo era transformado pela atividade humana, pelo contexto social em que o indivíduo estava inserido e isso gerava a necessidade de um novo conceito. E apesar de elementos do seu trabalho apontarem para uma hierarquia entre os sexos, a autora considerava as relações de gênero igualitárias (RUBIN, 1975).

As feministas brancas estadunidenses da época utilizavam o conceito com o intuito de rejeitar o sentido biológico do termo sexo, considerado determinista e que deveria ser retirado da discussão, para não limitar as relações sociais das mulheres, ou analisá-las de maneira separada, já que, para elas, ambos os sexos e suas distinções se constroem de maneira conjunta.

Segundo a historiadora estadunidense Joan Scott (1989):

Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado (SCOTT, 1989, p.72).

Para a filósofa francesa Simone de Beauvoir (1949) “ser mulher” passa por uma construção social, ou seja, a identidade é definida pela sociedade em que o sujeito está inserido. Assim, “não se nasce mulher: torna-se mulher”. A mulher não é definida por seu sexo biológico de nascimento, mas pela adequação ao papel socialmente determinado para ela, por isso “torna-se mulher”. É essa a reflexão central trazida pelo conceito de gênero e que contesta a lógica naturalista e religiosa de como são distribuídos os papéis sociais.

Como mostra a socióloga brasileira Heleieth Saffioti (2004), mesmo naquela época já havia divergências nas vertentes feministas sobre o conceito de gênero/sexo, principalmente na academia, pois entendiam que este era um conceito aberto, em constante formação pelos papéis de gênero, feminino e masculino, serem moldados pela construção social e histórica nas quais estão inseridos. E também divergiam quanto à utilização do termo, pois o conceito não implica, necessariamente, desigualdade ou poder nem aponta a parte oprimida. O uso exclusivo do conceito de gênero não engloba a subjugação, a exploração da mulher na sociedade e a dominação masculina (SAFFIOTI, 2004, p.119).

Como pautam de forma crítica desde a década de 1980 as feministas afro-estadunidenses, a categoria gênero não pode de forma alguma ser separada de raça e classe (OYEWÙMÍ, 2004, p.99-100). E como acrescentam à análise as mulheres dos movimentos populares, lésbicas, afrolatinoamericanas e caribenhas, essa separação desconecta a categoria e suas epistemologias da realidade de todas as mulheres que não são brancas, cis, de classe média, europeias, heterossexuais, monogâmicas e urbanas. No contexto atual, perpetuar essa análise esvaziada é contribuir com o legado colonial moderno universalizante, etnocêntrico, heteronormativo e monolítico que sistematicamente exclui, marginaliza e explora sujeitos sociais e formas de vida diversas (CURIEL, 2009).

A partir da década de 1990, com as redemocratizações na América Latina e a onda neoliberal devido ao fim da Guerra Fria, os estudos de gênero foram associados à bandeira democrática liberal e propagados pelo mundo. Ganham espaço no debate público e capacidade de institucionalização pela atuação dos movimentos sociais de mulheres,

alcançando inclusive, vitórias no âmbito legislativo referente a direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brancas.

As Conferências Internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) de Cairo e Beijing, respectivamente em 1994 e 1995, reconheceram a desigualdade de gênero como um problema estrutural e ampliaram a compreensão da identidade sexual, dando legitimidade às reivindicações e servindo de prerrogativa para novas lutas. As declarações foram incorporadas aos textos finais dessas conferências da ONU (ROSADO-NUNES, 2015, p.1239).

Na primeira década do século XXI a institucionalização do feminismo ocidental foi consolidada e instrumentalizada pelo capital ao associar ações aos seus interesses, causando a saída dos movimentos sociais e teóricas feministas críticas que se tornaram autônomas e divergentes dessa normatização (CURIEL, 2009). A segunda década do século XXI foi marcada por uma profunda crise no capitalismo global, por uma crise ambiental sem precedentes, pelo avanço da direita conservadora e pelo desgaste inédito das formas da democracia representativa.

Neste cenário, no Brasil, a partir de 2013 muitas feministas, tomadas pela urgência do enfrentamento ao retrocesso, mais apegadas à lógica insurgente do que revolucionária, marcadas pelo ativismo midiático e se compreendendo mais enquanto sujeitos sociais do que políticos, emergem (HOLLANDA, 2020). Estas constituem um dos elementos centrais que desencadearia na Primavera¹⁰ das Mulheres.

Nesse mesmo contexto, o feminismo eurocentrado e civilizacional começa a ser criticado mais amplamente, pois já era considerado assim há muito tempo pelas mulheres negras, indígenas, latino-americanas e africanas, como um modo de opressão alinhado ao que rejeita, uma branquitude patriarcal e informado na autoridade e na colonialidade de poderes e saberes (Idem, 2020). Já que este foi disseminado e muitas vezes instrumentalizado pelos interesses do próprio capital, transformado em mercadoria e utilizado para silenciar mulheres que não se encaixam nos seus moldes. É por isso que não basta mais, na verdade nunca deveria ter bastado, que o olhar seja apenas feminista, centrado na categoria gênero ou sexo.

No caso das realidades africanas especificamente, não é possível interpretá-las com as lentes ocidentais e quando ainda assim alguns insistem em fazê-lo, o resultado é impróprio, pois essas categorias não se encaixam em suas realidades:

Quando realidades africanas são interpretadas com base nessas alegações ocidentais, o que encontramos são distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total

¹⁰ O termo “primavera” começa a ser associados a movimentos libertários no período de plena efervescência das ideias iluministas na Europa, muitas delas responsáveis por desdobramentos que critico no trabalho. Entretanto, ainda assim decidi mantê-lo porque é utilizado pelos próprios movimentos e por autoras feministas para definir o período e também pelo sentido poético de liberdade que carrega.

falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais. Na verdade, as duas categorias básicas “mulher” e “gênero” precisam ser repensadas (OYEWÛMÍ, 2004, p.106-107).

As categorias sociais africanas são fluidas, extremamente situacionais e não são determinadas por tipos corporais. Além disso, a linguagem do casamento, que é utilizada para classificação social, não é baseada em gênero, como interpretações feministas da ideologia e organização familiar poderiam sugerir (OYEWÛMÍ, 2004, p.108).

Ainda assim, no caso de nós mulheres latino-americanas, não acredito que o termo “feminista” deve ser abandonado, nem retomado para o seu significado original, pois este também é perpassado pela razão moderna. Creio, assim como Miñoso (2019), em uma genealogia da experiência das mulheres e, como Curiel (2009), dos feminismos, incluindo as lutas, as histórias e as reivindicações de todas as mulheres. Este não deve ser propagado como uma proposta única e universalizante, mas como um movimento múltiplo composto por tendências, vertentes, ações e formas de se expressar diversas.

O termo pode ser atrelado às lutas revolucionárias que as mulheres travam e travaram, desvinculado da lógica mercantil e liberal apropriada pelo capital e assim também de seus ideais individualistas e imperialistas. O feminismo em sua essência é uma luta política, histórica e internacionalizada de enfrentamento ao patriarcado e ao capitalismo, mas não precisa ser homogeneizadora e excludente, pois se desenvolveu de maneira diversa, não apenas nas diversas vertentes, mas também nas diferentes localidades, ainda que em algumas delas as lutas das mulheres não sejam atreladas a esse termo.

O imprescindível não é a teoria ou apenas a utilização do termo europeu, mas as trajetórias de luta das mulheres frente às opressões nas diferentes realidades em que estão inseridas. Porém, o termo carrega consigo toda essa bagagem histórica e, quando utilizado com o devido olhar crítico, desde que não seja imposto ou necessário que se encaixe no molde teórico europeu, com o foco no combate às opressões de maneira coletiva, pode contribuir diretamente para o avanço das lutas das mulheres e para a ressignificação de sua carga política. Como nos ensina a escritora boliviana Julieta Paredes (2018) e a historiadora francesa Françoise Vergès (2019), repolitizar a bandeira por meio da sua descolonização.

Entendendo que as mulheres que não quiserem se associar a este termo¹¹ devem ser respeitadas, pois possuem motivos diversos, inclusive a exclusão sistemática de suas pautas, entre outros citados nesse trabalho, para não querer que suas lutas sejam vinculadas a um termo

¹¹ Muitas já constroem movimentos de mulheres não atrelados ao feminismo, como as mulheres negras que pautam o *Mulherismo* ou as mulheres indígenas que também possuem processos de auto-organização internos voltados para suas pautas e que não associam ou se identificam com o feminismo.

que as invisibilizou e rechaçou historicamente. E estendo a reflexão também para pessoas trans, travestis, não-binaries e queer que não se encaixam ou não queiram ser encaixades na categoria mulher; suas lutas são associadas às nossas pelos recortes que as compõem, mas são autônomas e tão relevantes quanto.

2. MARCHA DAS MARGARIDAS



Foto 1, Brasília, 2019 (acervo pessoal da pesquisadora).

“Eles não querem que vocês venham à sede porque eles estão com medo, estão com medo da nossa organização, estão com medo da nossa união, porque eles sabem que podem cair oito ou dez pessoas, mas jamais cairão todos diante da luta por aquilo que é de direito devido ao trabalhador rural, que vive marginalizado debaixo dos pés deles. (...)

Sofremos uma agressão dentro de nossa sede, mas queremos dizer que não tememos qualquer ameaça e que nós vamos até o fim. Por melhores condições de vida ao trabalhador rural, doa isso em quem doer, goste quem gostar, da luta eu não fujo, porque eu entendo, trabalhadores, que é melhor morrer na luta do que morrer de fome!”

Margarida Maria Alves

Este trecho do discurso de Margarida no Sindicato de Trabalhadores Rurais, declamado por uma companheira na cerimônia de abertura da marcha de 2019, transborda o que de mais forte sua memória emana: coragem e resistência. O nome da Marcha das Margaridas advém de uma homenagem à essa trabalhadora rural paraibana que se tornou símbolo nacional de luta pela terra e pelos direitos dos e das camponesas no Brasil.

Margarida Maria Alves foi presidenta do Sindicato Rural de Alagoa Grande e líder dos trabalhadores rurais da Paraíba por 23 anos, auxiliou a formação de outros sindicatos na região. Protagonizou diversas lutas por direitos, inspirou outras mulheres camponesas a se engajarem na luta camponesa e foi uma das fundadoras da primeira organização só de mulheres da América

Latina, em 1981, o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB). Estas, posteriormente se dedicariam na luta pela punição de seus assassinos (FERREIRA, 2010).

Em 12 de agosto de 1983 Margarida foi brutalmente assassinada a mando de latifundiários da região que ficaram impunes a esse ato, o que a tornou uma mártir da luta pela terra. A data do seu martírio é lembrada anualmente, desde então, como uma das principais datas da luta camponesa e foi institucionalizada como Dia Nacional Contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária (Idem, 2010).

A escolha de seu nome para representar a marcha é uma forma de denúncia, pois 18 anos após sua execução o mandante do crime não havia sido julgado, e também de evidenciar a situação das mulheres no campo, retratar as violências enfrentadas, a pobreza, a fome e suas condições de trabalho. A criação da marcha foi favorecida pela realização da primeira Plenária de Trabalhadoras Rurais da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares) em 1998, na qual a análise da postura neoliberal do governo, que optava pelo Estado mínimo e concessões ao mercado, agravava a situação de pobreza no campo, o que gerou nas mulheres o desejo de construir uma grande marcha. A primeira marcha foi realizada no ano 2000 com o lema “*2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista*” (SILVA, 2008, p. 88-89).

Naquele período havia a discussão de que os movimentos sociais haviam perdido o seu poder de articulação e com a marcha os movimentos de mulheres rurais mostraram que estavam pulsantes e prontos para inaugurar uma nova etapa, a de reivindicação de políticas voltadas para sua produtividade, demandando do Estado políticas públicas específicas para sua categoria (AGUIAR, 2016, p. 278). Desde então foram realizadas seis marchas (2000, 2003, 2007, 2011, 2015, 2019), chegando a levar cem mil mulheres à Brasília.

As Margaridas são, como afirmam em sua Plataforma Política:

mulheres da classe trabalhadora, mulheres rurais, urbanas, agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, acampadas, sem-terra, assalariadas rurais, extrativistas, quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, caiçaras, faxinalenses, sertanejas, vazanteiras, caatingueiras, criadoras em fundos de pasto, raizeiras, benzedeiças, geraizeiras, e tantas outras, negras na grande maioria. Exploradas e marginalizadas ao longo da história, habitamos os mais diversos territórios, que por sua vez abrigam diferentes biomas, mosaicos de vida e diversidade. Nós fazemos a agricultura familiar! Produzimos alimentos saudáveis para as nossas cidades e para a nossa população, garantindo a soberania alimentar e a preservação das nossas sementes crioulas, dos nossos ecossistemas e da nossa sociobiodiversidade. Somos guardiãs dos saberes populares que herdamos de nossa ancestralidade! (PLATAFORMA POLÍTICA DA MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019, p. 4).

E a marcha é organizada pelas mulheres que compõem a CONTAG e outras 16 organizações e movimentos, são eles: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Marcha Mundial das Mulheres(MMM), Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), União Brasileira de Mulheres(UBM), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Coordenação das Organizações de Agricultores Familiares do Mercosul (COPROFAM), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) (PLATAFORMA POLÍTICA DA MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019).

Escolhi a Marcha das Margaridas para realizar a pesquisa de campo por sua capacidade de englobar a diversidade das mulheres brasileiras em todas as etapas de construção, realização e avaliação da ação. Sua organização é planejada com muita antecedência com a preocupação de aglutinar pautas e se associar às lutas pontuais na conjuntura no período da sua execução, um dos elementos que a constitui como a principal ação das mulheres camponesas no Brasil.

O foco da marcha está nas pautas das trabalhadoras rurais, porém essas pautas reivindicam direitos que atravessam a realidade de mulheres de diversos recortes, já que as mulheres camponesas são atravessadas pelos recortes já citados no trabalho o que as torna diversas. Por isso sua capacidade de mobilização e engajamento é estendida para movimentos próximos e múltiplas organizações apoiadoras. Há também o esforço interno das organizações que constroem a marcha de coadunar suas ações e lutas de mulheres de outros movimentos. Este pode ser exemplificado na escolha de datas próximas para a execução da marcha de ações de outros movimentos como a das mulheres negras em 2015 e das indígenas em 2019.

É importante que aconteçam ações separadas para que os projetos políticos e reivindicações específicas de cada movimento tenham a devida projeção na sociedade, e também a liberdade de decisão quanto aos rumos da ação sem homogeneização ou abstenções. A proximidade das ações e o apoio mútuo permitem que mais mulheres possam participar de ambas, o que gera um maior alcance, além da demonstração de união e diversidade.

Considero importante destacar que as mulheres camponesas ocupam um lugar de protagonismo ativo no histórico do movimento de mulheres brasileiro e se consolidaram como referência internacional nas lutas feministas populares. Pela grande quantidade de movimentos camponeses que a constituem, o engajamento desses movimentos em instituições latinoamericanas e organizações internacionais, como a Via Campesina, e sua ramificação nacional que, além da agenda interna também acompanha as principais datas de mobilização do movimento de mulheres como um todo.

A construção da marcha ocorre através da organização nacional e regional, a discussão de suas pautas é horizontal e alcança as mulheres que compõem toda a sua capilaridade ao realizar formações, análises e ações conjuntas durante a preparação com as organizações que a compõem e também com todos os movimentos, sindicatos, associações, coletivos e partidos aliados.

2.1. EM TEMPOS DE OFENSIVA CONSERVADORA: RESISTÊNCIA

*“Tú nos dices que debemos sentarnos
 Pero las ideas solo pueden levantarnos
 Caminar, recorrer, no rendirse, ni retroceder
 Ven y aprende como es paja absorbe
 Nadie sobre todos, faltan todos suman
 Todo es para todo, todos para nosotros es
 Soñamos en grande, que se caiga el imperio
 Lo gritamos alto no queda más remedio
 Esto no es utopía es alegre rebeldía del baile
 De los que sobran de la danza que hay hoy día
 Levantarnos para decir ya basta
 Ni África ni América latina se subasta
 Un barro con casco y con lápiz zapatear el fiasco
 Provocar un terremoto todo en este charco
 [...]
 Saqueo, pisoteo, colonización, mil veces venceremos
 Del cielo al suelo y del suelo al cielo vamos, za za za
 Canto blanco vuelve pa' tu pueblo
 No te tenemos miedo, tenemos vida y fuego
 Fuego en nuestros manos, fuego en nuestros ojos
 Tenemos tanta vida y esta fuerza color rojo.”*

Ana Tijoux

O fogo evidenciado na letra da cantora franco-chilena Ana Tijoux é o elemento essencial da Marcha das Margaridas. Ação que trouxe à tona trajetórias de mulheres plurais, do campo,

das florestas e das águas, mulheres negras, quilombolas, indígenas, trans, lésbicas, bissexuais, gordas, com deficiência, trabalhadoras, avós, mães, filhas e netas das mais diversas realidades e subjetividades. Mulheres insatisfeitas com as estruturas em que estão inseridas, com as condições que lhes são impostas pela sociedade e com a postura do Estado em relação às suas pautas. Mulheres que retomam e ecoam suas vozes para enfrentar o retrocesso e o avanço da direita conservadora e fascista que se espalha pelo Brasil.

Segundo Maria José Morais Costa, também conhecida como Mazé Morais, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares da CONTAG e Coordenadora Geral da Marcha das Margaridas:

A história mostra que as Margaridas, as mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas não fogem à luta. No último período, estivemos nas comunidades, assentamentos, rios, roçados, florestas e periferias resistindo ao golpe de 2016 e seus desdobramentos, que atacaram a democracia, os direitos conquistados e a vida das mulheres brasileiras. (...) Se por um lado, nós, como mulheres, fomos fortemente atacadas por candidaturas caluniosas e cheias de ódio contra mulheres, negros, indígenas, populações LGBTQs e outros tantos segmentos excluídos, por outro lado, não temos dúvida de que este processo eleitoral nos deixou mais firmes e atentas. Não baixaremos a guarda, pois, dentre outras coisas, estão em jogo nossas vidas, a democracia, o patrimônio do povo brasileiro, a agricultura familiar e os bens comuns da natureza (CONTAG, 2019).

Por esse motivo o lema da marcha 2019 foi “*Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência*”, amparado pela afirmação de um projeto de sociedade enraizado em princípios feministas:

Um feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal, que reflete cada uma de nossas realidades, evidenciando a afirmação de nossas tantas identidades. Um feminismo que pauta a igualdade de gênero, a orientação sexual, a autonomia das mulheres, o seu direito de decidir, inclusive sobre o próprio corpo, de exercer os seus direitos sexuais e reprodutivos e que questiona a centralidade do mercado sobre nossas vidas. Um feminismo que é construído a partir da reflexão crítica sobre o que vivenciamos como mulheres do campo, da floresta e das águas e que reconhece e valoriza o saber por nós acumulado. Um feminismo que traz a auto-organização e participação política das mulheres como condição para a superação da violência em suas diversas faces e, sobretudo, que valoriza a vida, vinculando a defesa da agroecologia, dos territórios, dos bens comuns e da soberania e autodeterminação dos povos (PLATAFORMA POLÍTICA DA MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019, p. 10-11).

Particpei da construção da marcha no estado da Paraíba, onde sou militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), e fui para a marcha na delegação do movimento de mulheres. Começo o relato da marcha especificamente a partir da viagem para Brasília, local onde é realizada, pois quando tomei a decisão de documentá-la sua construção já estava em andamento desde a última marcha em 2015 e essa pesquisa teve início já em 2019.

O ônibus que saiu de João Pessoa tinha mulheres dos mais diversos movimentos e organizações, campos de atuação e recortes, de mulheres indígenas jovens a educadoras negras

de mais idade. O acordo entre os movimentos era de buscar mais companheiras em outras cidades do interior da Paraíba antes de seguir viagem para o Distrito Federal. Desde a saída o cuidado entre aquelas mulheres esteve presente nos mínimos detalhes, na partilha dos alimentos que compraram ou prepararam e principalmente em suas histórias.

Houve um entrosamento geral, conversas e trajetórias sendo trocadas pela empolgação e brilho nos olhos de quem partia para contribuir com a construção de um amanhã melhor para as mulheres. Ao parar em uma das cidades para buscar as companheiras que nos aguardavam descemos, para ajudar com a bagagem; algumas mulheres do movimento estudantil, mas a maioria era do campo. Ao todo, quatro ônibus seguiram para o sertão, para buscar as companheiras que estavam faltando.

Ao chegar, estavam nos aguardando para o jantar, mais um momento de troca e atenção coletiva podia ser observado do preparo das refeições a organização para que todas se alimentassem e tivessem um momento para descanso. Um momento de comunhão entre mulheres diversas. Todas as refeições seguintes da viagem ocorreram da mesma forma, mesmo que não fossem as integrantes da viagem que as produzissem, havia uma vigilância voluntária e contínua para que todas se alimentassem adequadamente e, se não conseguiam por algum motivo, que fossem acompanhadas caso precisassem de algo.

Desde o início da viagem foi feita uma divisão de tarefas e coordenações de estrutura e segurança, para que ninguém ficasse para trás ou isolada. Como éramos muitas e de localidades diferentes, foi realizada uma apresentação coletiva, uma breve introdução da marcha, mais para motivação do que conhecimento de fato, já que essas mulheres estavam se preparando para esse momento desde a marcha anterior. Houve um entrosamento geral e um processo contínuo de trocas individuais e coletivas, de trajetórias, ensinamentos e levezas diárias.

A viagem foi tranquila, alegre e festiva, mas ainda assim parecia que estávamos atravessando o país de ponta a ponta pela ansiedade de chegar logo ao nosso destino, parecia demorar mais que o tempo normal do trajeto. Havia o constante cuidado com a nossa segurança para evitar as possíveis ameaças da conjuntura conservadora, os ônibus paravam todos juntos, nas paradas pré-estabelecidas pela coordenação, em locais movimentados e que dariam conta de atender todas nós. Nos dividíamos para revezar as tarefas e para que todas tomassem banho, se alimentassem e mantivessem os ônibus e os locais em que parávamos limpos.

Depois de dois dias de viagem chegamos em Brasília, no local de encontro estavam acontecendo diversas atividades de autocuidado, formação e mobilização. As organizações

escolheram quais atividades participariam de acordo com suas pautas. Participei do ensaio para a marcha que aconteceria no dia seguinte. Ao ensaiar canções, tocar tambores em roda e enxergar nas outras companheiras a mesma esperança e animação, o desejo era de que toda mulher tivesse aquela experiência.



Foto 2, Cerimônia de abertura da Marcha das Margaridas 2019 (acervo pessoal da pesquisadora).

À noite, a programação depois do jantar foi de falas das lideranças das organizações que construíram ou apoiaram a marcha seguida de atrações culturais, como pode ser observado na foto 2. A abertura foi a apresentação de uma companheira encenando o discurso mais conhecido de Margarida no Sindicato de Trabalhadores Rurais, que trago na epígrafe do capítulo. O arrepio, as lágrimas nos olhos e o grito pronto na garganta convertidos em aclamação e palavras de ordem: “Margarida vive!”, “Margarida presente, presente, presente, hoje e sempre!”, “Seguiremos tua luta!”. Mesmo com o cansaço da viagem, das atividades e da preparação dos locais para dormir e da estrutura da alimentação, se a marcha fosse naquele exato momento iríamos imediatamente. Porém, naquele momento o importante era descansar, pois no dia seguinte nos levantaríamos cedo para marchar.

Mulheres do campo, das águas, das florestas e da cidade, de todas as idades e recortes, reunidas, potentes e pulsantes, guiadas por tambores, latas e os mais diversos instrumentos ecoando canções e liberdade. No sol quente, numa caminhada longa, compondo multidão com sorriso de orelha a orelha, força nos braços e nas pernas, dançando revolução. O sentimento é de que juntas podemos sim mudar nossa realidade, juntas construiremos um país melhor por nós e por amor as que nos antecederam e as que ainda estão por vir.



Foto 3, Mulheres em marcha (acervo pessoal da pesquisadora).

“No batuque do tambor
a revolta social
nós somos as mulheres
da marcha mundial!
Contra a pobreza e a opressão
do capitalismo patriarcal
nós vamos provocar
uma revolução mundial!
Eeeeeeeeeê mulheres
mulheres, libertárias
Eeeeeeeeeê mulheeeeres
feministas, revolucionárias
No batuque do tambor!”

Essa música da Marcha Mundial das Mulheres, cantada várias vezes na parte marcha em que eu estava, que pode ser visualizada na foto 3, emite uma emoção diferente no caminhar e após a marcha, mesmo já a tendo cantado em outras ações diversas vezes, toda vez que a escuto sou remetida imediatamente àquele momento e ao que ele possui de mais potente, a esperança. A marcha em si é uma ação pedagógica de articulação por sua capacidade de reunir mulheres das mais diversas localidades e mobilizá-las em função de muitas pautas ao mesmo tempo.

A presença das mulheres indígenas que haviam marchado no dia 12 e ocupado a sede da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) como ato simbólico da luta pelos seus territórios e desmonte dos seus direitos frente ao governo, transmitia força e impulsionava as

outras mulheres a esperar e querer mais. Após a caminhada, havia a sensação que ouvi verbalizada por algumas companheiras de que poderíamos ter feito ou demandado de forma um pouco mais combativa, como alguma ocupação ou vigília.

A marcha, tão importante e documentada pelo movimento de mulheres, aguardada e observada por mulheres de outros países, foi pouco mostrada na mídia hegemônica nacional, talvez alguma ocupação inesperada gerasse a reação civil e governamental desejada, alguma resposta imediata para nossas demandas. Ainda assim, as mulheres que ali estavam voltaram para suas localidades transformadas, com olhares de união e possibilidade.

Na avaliação do estado da Paraíba, momento de aprendizado e avanço na construção, tão importante quanto a marcha e a preparação anterior, pois nele são debatidos os acúmulos positivos e negativos da ação para planejar a próxima, as mulheres presentes seguiam emanando união e liberdade. A abertura do espaço compartilhava ancestralidade ao passar afeto, cuidado e distribuir plantas entre nós como lembrança daquele momento.

A sensação de que a marcha foi um momento histórico e bonito, mas que faltou algo ainda perdurava como se o potencial daquelas cem mil mulheres unidas não tivesse sido totalmente alcançado, “o esforço que foi feito não teve o resultado que poderia ter” como disse uma companheira, este foi o principal acúmulo negativo e era importante destaca-lo devido à conjuntura. Os positivos se deram desde a preparação para a marcha, a formação e o aumento da quantidade e participação ativa de organizações diversas, a união entre mulheres e pautas do campo e da cidade, as redes de solidariedade formadas desde então, a presença de companheiros homens nas tarefas e estruturas a apoiando a ação, apesar de que talvez em uma quantidade maior do que deveria¹², e a potência passada pelo conhecimento da história de Margarida, mulher camponesa nordestina sertaneja paraibana.

Participei desde a primeira marcha e dessa vez o que vi de diferente foi o medo e a preocupação com o que poderia acontecer lá e como poderiam ser maltratadas fez com que muitas companheiras deixassem de ir. E na hora foi “tranquilo”, foi a marcha com menos policiamento até hoje, mas a sensação era de que esperavam o conflito entre a

¹² Esse ponto específico gerou a sensação de que eles ocuparam vagas de outras mulheres, além da problemática de algumas mulheres só puderam ir acompanhadas de seus maridos, o que levantou várias outras discussões sobre as limitações e o quanto ainda precisamos avançar.

sociedade civil e a marcha, o que não aconteceu porque tínhamos nossa própria segurança articulada (ZEFERINA¹³, 2019).¹⁴

Essa fala de Zeferina evidencia que estávamos conscientes em relação as adversidades que poderíamos enfrentar durante a ação, a análise pragmática e realista da conjuntura nos fez cuidar dos mínimos detalhes para não deixar espaço para os perigos ou que ameaças se concretizassem; infelizmente os ataques aos movimentos de mulheres têm sido recorrentes na conjuntura conservadora e fascista em que estamos inseridas.

O sentimento era de igualdade. A mística de união e solidariedade propiciada em toda a marcha foi muito positiva. A referência de símbolo de luta e capacidade das mulheres é importante mesmo para as mulheres que não foram e deixa de saldo o potencial para organizar mais mulheres para a próxima marcha a partir de agora (ELIZABETH¹⁵, 2019).

Esse trecho da análise de Elizabeth, companheira do sertão, sintetiza bem o que foi a marcha e o que ela significa e possibilita para nós mulheres. Mostra a responsabilidade das companheiras em continuar a luta em suas trajetórias, em levar as discussões da marcha para suas realidades, para as bases, mesmo após o período de construção. A marcha é uma experiência política única e potente, perpassada por muitas formas de sentir-viver e que deixa em nós, mesmo na possibilidade de cenário mais inóspito, a teimosia de sonhar.

Um sentimento comum entre a maioria das interlocutoras era de que a marcha em si pelas ruas do Distrito Federal foi o ápice, um momento de união e comemoração de todo o processo, mas o mais importante é o acúmulo organizativo, a formação anterior, o acúmulo e a conexão formada entre as organizações, entre as mulheres, a quantidade de vidas que se transformam e que continuam a transformação a partir da ação, que seguem semeando aprendizados e mesmo que não continuem na militância em eclodir novas possibilidades

¹³ Zeferina foi uma mulher inconformada com a negação da condição humana pelo regime escravista ao seu povo no subúrbio da capital baiana; transformou sua revolta em força e fundou o Quilombo do Urubu. Enquanto líder, buscava assegurar uma vida digna para homens, mulheres e crianças negras além de fazer com que sempre se orgulhassem de seu porte físico, sua cultura, ancestralidade e espiritualidade. Dedicou sua vida ao sonho de liberdade, combatendo a exclusão social e exploração do povo negro (BARBOSA, 2003).

¹⁴ Nomeei as interlocutoras com referências históricas de luta popular no Brasil para homenageá-las e também reafirmar a postura de resgate da memória das mulheres.

¹⁵ Elizabeth Teixeira se tornou uma líder camponesa após o assassinato do seu esposo João Pedro Teixeira ocupando o seu lugar à frente da Liga Camponesa de Sapé. Mesmo com as ameaças ela não se intimidou, se afastou dos filhos para segurança deles e se concentrou na luta pela reforma agrária como havia prometido ao esposo caso lhe acontecesse alguma coisa. Ela que antes não era tão envolvida na política assumiu os riscos da luta pela terra ao questionar a ordem existente no período ditatorial e como consequência sofreu perseguições, foi presa e precisou até mudar de identidade para escapar das ameaças sofridas. A vida de luta resultou na consolidação da Liga, na conquista da terra e de direitos para os camponeses da região a transformando em um símbolo ainda vivo da força da mulher camponesa (BANDEIRA; MIELE; GODOY, 1997).

2.2. HISTÓRIAS QUE SALTAM

*“Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute benfeito.
Panela de barro.
Taipa de lenha.
Cozinha antiga
toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal.
Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.
Vive dentro de mim
a mulher roceira.
- Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos
Seus vinte netos.
Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
Fingindo alegre seu triste fado.
Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida -
a vida mera das obscuras.”*

Cora Coralina

Este trecho do poema “Todas as Vidas” da escritora goiana Cora Coralina traz a reflexão de quantas mulheres somos, conhecemos, nos identificamos, quais mulheres nos inspiram e nos reviram algumas certezas e até a forma de viver, os objetivos, o olhar e como reagir frente aos

retrocessos e ataques da conjuntura. Quais histórias nos tocam e quantos aprendizados estão contidos em uma conversa despretensiva pós almoço?

Sempre fui fascinada pelas trocas nos momentos mais simples, em encontros formativos, atos, assembleias e marchas. No lanche, na parada para abastecer, na busca de algum material ou preparação do espaço. Os momentos da programação são todos extremamente importantes, pensados e feitos com toda cautela e objetivos definidos. Porém, as trocas não planejadas garantem lugar cativo na lembrança.



Foto 4, Patos, 2017 (acervo pessoal da pesquisadora).

Esta foto foi tirada em um encontro formativo no sertão paraibano, uma dessas ocasiões, contendo as lágrimas nos olhos e o nó na garganta, ao olhar em volta, minhas companheiras de movimento estavam da mesma forma. Uma conversa de meia hora com algumas companheiras que moravam lá e estavam contentes com o espaço, partilhando sua experiência política, sua trajetória e seus anseios.

Às vezes, falando baixinho em meio a risadas e a empolgação momentânea ao contar histórias que lhe tocavam, sem se alterar muito, uma conversa simples e despretensiva. A luta pela terra, a felicidade com as conquistas, a preocupação com os filhos e as tarefas do plantio, exatamente nessa ordem. Lembro da indignação em suas vozes ao falar da situação do país e o quanto ficavam calorosas quando o assunto eram as outras companheiras. Nelas enxergava as

minhas avós, minhas tias e tantas mulheres que me inspiram e encontrei pelo caminho, que vivem em mim.

Já havia participado de vários espaços e tinha um certo tempo de militância, mas esse momento me revirou por dentro, a naturalidade com que falavam de vidas tão difíceis e a sabedoria que passavam. Suas análises chegavam a conclusões presentes nos textos, mas eram feitas a partir de suas próprias vivências e por isso alcançavam um lugar mais profundo no meu próprio processo formativo. Essas trocas não são raras na construção do movimento de mulheres, mas toda vez que acontecem não tem como sair intacta. Dessa mesma forma as histórias de algumas interlocutoras me atravessaram na marcha das margaridas, na conversa entre as paradas, no almoço, no meio da estrada e nos descansos ou preparações entre os espaços.

O primeiro contato que tive foi com Hilda¹⁶, uma companheira recém-chegada do Rio Grande do Sul, ou “refugiada” como ela mesma preferiu descrever. Ela me contou das dificuldades enfrentadas em seu estado natal devido ao conservadorismo e fascismo que cresciam abertamente na região, da situação difícil dos professores com seus salários parcelados há anos, da agressividade na repressão dos protestos por direitos e as privatizações que estavam acontecendo, mas principalmente de como a conjuntura era sufocante e adoecedora, o que a fez largar o que tinha construído para trás e se mudar para o Nordeste. Ela estava muito feliz com a decisão e se sentia acolhida por mulheres que tinha acabado de conhecer; ela já era parte do movimento de mulheres, mas em sua região tinha militado em organizações diferentes e de outras formas.

Ainda no começo da viagem também conversei com Dandara¹⁷, que estava triste pela amiga que não pode vir porque o marido não deixou. Tentaram de tudo para convencê-lo, pois ela era ativa no movimento de mulheres rurais da região, tinha participado de todas as formações e assim como suas companheiras estava ansiosa pela viagem para Brasília, já que nunca tinha saído dali. Muitas foram as justificativas para que ela não pudesse ir, a casa, os filhos, o próprio marido, mas de acordo com que cada uma delas ia sendo resolvida a

¹⁶ Hilda Hilst foi uma importante escritora brasileira com uma carreira de cinquenta anos de escrita e diversas obras publicadas, através das quais retratava mulheres e ela mesma, suas emoções e reflexões sobre a vida de forma subversiva e sensível.

¹⁷ Dandara contribuiu para a construção do Quilombo de Palmares e para sua organização socioeconômica e política. Participava da formulação de estratégias de defesa do quilombo, dominava as técnicas de capoeira e lutava as batalhas ao lado de Zumbi e dos demais homens e mulheres que compunham o exército. Exército este que ela liderou sozinha em muitas ocasiões e sua posição de enfrentamento inspirava mulheres desde aquela época (ROCHA; ROCHA, 2019).

manipulação emocional se tornava mais forte e evidente, até virar ameaça e convencê-la. O medo da perda da relação, dos filhos e da vida que ela levava não equivalia a viagem e mesmo que suas companheiras a tentassem acalmar e discutir sobre as problemáticas daquela situação, que ela conhecia muito bem, mas estava imersa, não adiantou. Ela “escolheu” ficar e suas companheiras entendiam as limitações da situação que não se resolveria de imediato e optaram pelo acolhimento ao invés da contestação.

O rosto contente e tímido de Sônia¹⁸ transbordava empolgação. Não tinha escutado sua voz até a apresentação, no dia seguinte da viagem ela estava mais confortável com as outras mulheres, pois conheceu todas no dia anterior. Tinha 19 anos, era indígena e não tinha conseguido ir para a marcha das mulheres indígenas dias antes e como surgiu vaga no ônibus das margaridas esperava acompanhar ainda algumas atividades das mulheres indígenas e depois se somar à marcha das margaridas.

Com o convívio, a timidez diminuiu e ela começou a partilhar mais sobre a sua vivência: construía um coletivo auto-organizado com mulheres da sua aldeia voltado para o regate de sua cultura, pois muito havia se perdido quando suas terras foram tomadas e seu povo se dispersou pelas cidades. Após a demarcação, voltaram para o seu território, mas no tempo que passaram na cidade perderam muitos costumes e estavam no processo de retomada de sua ancestralidade. O brilho nos olhos ao falar de suas companheiras, a animação com o que seria a marcha, a possibilidade de conhecer e encontrar suas referências e o quanto estava ansiosa para a chegada era contagiante.

O último relato que me tocou e resolvi destacar remete ao encontro que descrevi no início do tópico. Na volta da marcha, sem alterar muito a voz, em tom baixo, Gertrudes¹⁹ fazia suas queixas com algumas companheiras: “Eu vim mostrar a força da mulher do campo, podia ser nos braços e não nas pernas. O que não nos falta é revolta e tínhamos cem mil mulheres, se as mulheres indígenas com três mil mulheres ocuparam um prédio imagina o que esse tanto de

¹⁸ Sônia Guajajara é uma importante liderança indígena brasileira, militante ativa na defesa dos direitos dos povos indígenas foi a primeira candidata de origem indígena à vice-presidência da República em 2018. Atualmente é coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e participou da cerimônia de abertura da Marcha das Margaridas 2019.

¹⁹ Gertrudes Maria, foi uma das primeiras mulheres escravizadas a lutar na justiça por sua liberdade. Ela cumpria o ofício de comerciante e era uma alforriada sob condição na Paraíba. O que significa que possuía liberdade parcial, pois havia comprado sua carta de alforria ao pagar 50% do valor exigido em dinheiro e a outra parte deveria ser paga com trabalho até a morte dos seus senhores. Mas estes tentaram vendê-la em praça pública após receber o pagamento colocando em risco sua liberdade. Gertrudes contratou um advogado, recorreu à justiça lidou e colocou em xeque a instituição escravista. Essa situação incomum se tornou precedente para homens e mulheres escravizados da época (ROCHA, 2007, p. 82).

mulher junta conseguia fazer?”. A insatisfação que ela colocou para fora estava espelhada no rosto das mulheres em volta que logo tratavam de se expressar. Ela, que tinha participado de tantas ações e que na vinda estava tão empolgada com o reencontro, voltava para casa pensativa, com a sensação de que muito mais poderia ter sido feito. Já que a ação envolveu tanto esforço, numa conjuntura tão difícil e pelo que dependesse do governo ou dos grandes veículos de comunicação, passaria despercebida.

Essas histórias me saltaram porque expõem as limitações e a esperança que a marcha carrega. A impossibilidade de levar todas as companheiras que gostariam de estar lá, às vezes por motivos que são justamente as contradições que combatemos, mas os movimentos não estão fora da sociedade e suas militantes ainda estão inseridas em situações de violência e dominação-exploração. Infelizmente, nos movimentos camponeses e sindicais essas contradições são ainda mais marcadas, pela marginalização e violência que estão expostos, dinâmicas de poder e estruturas de dominação presentes nas organizações, mas também estão presentes em todos os movimentos e atingem qualquer mulher, já que estamos todas inseridas na sociedade, ainda que lutemos para combater-las e avançar.

A decepção da companheira que esperava mais, na verdade precisamos de mais para aumentar a esperança na conjuntura distópica brasileira, e também seu cuidado de reconhecer que há um saldo positivo e que é possível avançar a partir da avaliação. A variedade de origens, realidades e gerações, mas dentre todas essas a memória que primeiro me vem à mente é a do brilho nos olhos e do conforto horas depois de não conseguir falar por timidez. Estar ao lado de mulheres fortes, sensíveis, diversas é encorajador, as mais simples trocas são inspiradoras. E esse sentimento não nos impede de perceber as limitações e contradições em que estamos inseridas, pelo contrário, ele nos motiva a agir para enfrentá-las.

3. ESTRATÉGIAS DE LUTA: TRANSGREDIR E TRANSFORMAR

*“Se escucha en la madrugada
 Un estruendo de terror
 Gente corriendo en las calles
 Lágrimas de dolor
 Debemos cambiar el rumbo
 El sistema no sirvió.
 [...]
 Anoche estaba soñando
 Una gran felicidad
 Niños reían, cantaban
 Con amor a su mamá
 Era en un tiempo lejano
 No quería despertar.
 Nada, nada es verdad
 Todo es un sueño escrito por la sociedad.”*

Natalia Lafourcade

O caminho para enfrentar as estruturas de dominação e exploração em que estamos inseridas não está em apenas sobreviver ou aderir a apatia como um mecanismo de fuga, armadilha colonial alastrada na realidade distópica brasileira. Existem até mesmo aqueles que acreditam que a nossa condição é castigo divino ou resultado das nossas próprias escolhas, e a solução para ela é simplesmente esperar de braços cruzados por uma justiça ou misericórdia divina, aceitando tudo a que somos submetidos, numa ideia de destino imutável.

Essa lógica messiânica e maniqueísta imposta e consolidada no nosso imaginário pela missão civilizatória cristã gerou a busca constante por um salvador ou algoz. Na maioria dos cenários interpretados como se nós mesmos fossemos nossos próprios algozes ou tivéssemos a opção da salvação pela meritocracia, como se pudéssemos fazer com que nossa exploração nunca tivesse acontecido ou se a liberdade dessa condição fosse possível e opcional.

Uma sórdida ilusão. Tão bem sucedida em sua empreitada para tornar bilionários “filantropos”, a salvação na figura de homens brancos caridosos que, apesar da sua posição de poder, dedicam parte da sua fortuna a caridade, imagem da falácia meritocrática propagada pelas mídias e redes sociais hegemônicas que os torna o ideal a ser alcançado, como se fosse possível ou desejável. Acreditar nisso é como acreditar que os detentores do capital e dos meios de produção abririam mão de sua riqueza para acabar com a fome no mundo. Ou que a reparação histórica por parte daqueles que saquearam e ainda saqueiam nossas riquezas viria de bom

grado, como resultado de uma suposta consciência humana. Assim como nos ensinou o pensamento transformador do educador brasileiro Paulo Freire (1968) “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é se tornar o opressor”.

Sei que parece uma abordagem pessimista, mas como afirmei desde o começo do trabalho, compreender a complexidade dos recortes que atravessam a condição de subjugação das mulheres é imprescindível para transformar sua vida, pois, ainda que mercantilizem nossos corpos, que nos desumanizem e nos reduzam a nossas jornadas de trabalho e produtividade. Ainda que o capitalismo nos atribua valor de acordo com a utilidade para os seus interesses e necessidades. Resistimos e não nos entregamos a apatia. Ao optar por não sentir, não se indignar, não reagir a situações de injustiça ou as brutalidades cotidianas do Estado neoliberal e dos grupos que o governam, se renuncia a parte da própria humanidade, para não se desgastar e não se preocupar com o *Outro*, tão bem colonialmente construído para aliviar a consciência.

Por isso, reafirmo minha escolha junto a de minhas companheiras de não sucumbir às falsas promessas de liberdade capitalistas e coloniais. Como mostra a letra da cantora mexicana Natália Lafourcade, que escolhi para abrir esse capítulo “tudo é um sonho escrito pela sociedade”, devemos sonhar e mudar o rumo, pois os sistemas vigentes não nos servem. Apesar das “verdades” propagadas e das atrocidades diárias que enfrentam, as mulheres são como as águas, para elas nada é verdade, pois seguem fluindo e abrindo caminho mesmo entre as pedras, verdades sólidas e tidas como irrefutáveis.

O caminho para enfrentar as estruturas de dominação e exploração em que estamos inseridas não está em sobreviver, obedientemente de cabeça baixa e nó na garganta. Está na construção da auto-organização e do afeto, enquanto afeto não me refiro ao estudo filosófico desse conceito, mas ao seu sentido psicológico, ao sentimento ligado as paixões, enquanto estratégias de luta para não apenas sobreviver, mas existir, resistir e abrir rumo. O caminho é a organização coletiva, política e continuada, não necessariamente através da militância tradicional como partidos e movimentos sociais, mas também caso tenha interesse. O que é realmente indispensável é o fazer pensar e agir coletivamente, de maneira crítica, comprometida e afetiva, criando redes de afeto para os corpos marginalizados de quem os sistemas de opressão retiraram esse direito.

3.1. AFETO

“Conselhos para a mulher forte

*Se és uma mulher forte
te protejas das hordas que desejam
almoçar teu coração.*

*Elas usam todos os disfarces dos carnavais da terra:
se vestem como culpas, como oportunidades, como preços que se precisa pagar.*

*Te cutucam a alma; metem o aço de seus olhares ou de seus prantos
até o mais profundo do magma de tua essência
não para alumbrar-se com teu fogo
senão para apagar a paixão
a erudição de tuas fantasias.*

*Se és uma mulher forte
tens que saber que o ar que te nutre
carrega também parasitas, varejeiras,
miúdos insetos que buscarão se alojar em teu sangue
e se nutrir do quanto é sólido e grande em ti.
Não percas a compaixão, mas teme tudo que te conduz
a negar-te a palavra, a esconder quem és,
tudo que te obrigue a abrandar-se
e te prometa um reino terrestre em troca
de um sorriso complacente.*

*Se és uma mulher forte
prepara-te para a batalha:
aprende a estar sozinha
a dormir na mais absoluta escuridão sem medo
que ninguém te lance cordas quando rugir a tormenta
a nadar contra a corrente.*

*Treine-se nos ofícios da reflexão e do intelecto.
Lê, faz o amor a ti mesma, constrói teu castelo
o rodeia de fossos profundos
mas lhe faça amplas portas e janelas.*

*É fundamental que cultives enormes amizades
que os que te rodeiam e queiram saibam o que és
que te faças um círculo de fogueiras e acendas no centro de tua habitação
uma estufa sempre ardente de onde se mantenha o fervor de teus sonhos.*

*Se és uma mulher forte
se proteja com palavras e árvores
e invoca a memória de mulheres antigas.*

*Saberás que és um campo magnético
até onde viajarão uivando os pregos enferrujados
e o óxido mortal de todos os naufrágios.*

Ampara, mas te ampara primeiro.

Guarda as distâncias.

Te constrói. Te cuida.

Entesoura teu poder.

O defenda.

*O faça por você.
Te peço em nome de todas nós.”*

Gioconda Belli

Esse poema da escritora nicaraguense e lutadora sandinista Gioconda Belli mostra muito do que entendo enquanto cuidado e afeto nas relações entre mulheres. Inicialmente, nas discussões para amarrar os temas que seriam pesquisados com meu orientador o que considerava como principal a ser mostrado do processo de organização política e construção militante das mulheres era o cuidado que tinham umas com as outras e o fortalecimento coletivo criado a partir desses laços e dessa prática afetiva militante, tão marcada nos movimentos populares que tive contato e que construo. Não como amizade ou outros tipos de relações que surgem a partir do convívio e que também existem nesses espaços, mas como prática militante de perceber as situações que a outra passa e ajudá-la, como uma lógica coletiva de cuidado, por respeitar e se preocupar genuinamente com as trajetórias pessoais enquanto organização.

Reforço o que já citei nos outros capítulos, não é que não haja contradições, que seja um mar de rosas e não tenhamos diversos problemas de convívio e organicidade internos e externos. Há exploração, cobrança, conflitos e doação às vezes excessiva. O privado é político, mas é necessário que exista e em alguns aspectos seja separado do público, pois quando se mistura completamente atrapalha a preservação das necessidades pessoais e estas são sufocadas pelo coletivo, resultando em um processo de sobrecarga e adoecimento militante. Entretanto, o foco do trabalho é refletir sobre a construção do afeto enquanto discurso político e estratégia de resistência, então priorizei os aspectos que envolvem a sua aplicação e análise a partir da prática no movimento de mulheres especificamente.

Tive receio de utilizar o termo cuidado por conhecer a discussão de exploração do trabalho que atravessa gênero, classe e raça feita por teóricas como Danièle Kergoat (2003), Helena Hirata (2014), Angela Davis (2016) e Silvia Federici (2019). A forma como as relações sociais são analisadas tem implicações teóricas e políticas e o trabalho é uma categoria central para os estudos de mulheres que, apesar de não estar mais presa na academia, ainda sofre resistência de assimilação na sociedade. Para o pensamento feminista dessas autoras, o cuidado é trabalho não remunerado imposto às mulheres, ou seja, o trabalho doméstico e de cuidado nas suas mais diversas formas não se dissocia do trabalho profissional, já que é indispensável para que as outras formas de trabalho sejam executadas (MORENO, R.; GODINHO, T; FARIA, N., 2020, p. 125).

O trabalho produtivo e reprodutivo invisibilizado e desvalorizado atribuído às mulheres é essencial para a economia capitalista. Como mostra Silvia Federici (2019):

A reprodução da força de trabalho envolve uma gama muito mais ampla de atividades que o consumo de mercadorias, posto que os alimentos devem ser preparados, as roupas devem ser lavadas, os corpos precisam ser acariciados e cuidados; (...) O entendimento do trabalho reprodutivo tornou possível a compreensão de que a produção capitalista depende da produção de um tipo particular de trabalhador – e, portanto, de um tipo particular de família, sexualidade e procriação –, o que levou a uma redefinição da esfera privada como uma esfera de relações de produção e como um terreno de luta anticapitalista. Nesse contexto é que as políticas que proíbem o aborto podem ser decodificadas como dispositivos para regulação da oferta de mão de obra, e o colapso da taxa de natalidade e o aumento dos divórcios podem ser lidos como instâncias de resistência à disciplina capitalista do trabalho (FEDERICI, 2019, p. 204-205).

Dessa forma, o debate feminista sobre cuidado questiona a despolitização da esfera privada, desde a segunda metade do século XX. O pessoal é político e o discurso moralista, que envolve essas questões, uma armadilha colonialmente estruturada para controle e exploração dos nossos corpos. Assim é realizada a divisão sexual do trabalho que define o que é papel da mulher na sociedade, lugar de mulher, trabalho de mulher e nos atribui duas, três, quatro jornadas de trabalho, exploração que se aprofunda ao inserir os recortes de raça e classe (BIROLI, 2018, p. 21). Cuidar das tarefas domésticas e administração do lar, dos filhos, do marido e de outros corpos que precisem de cuidado ao seu redor, trabalhar no espaço público, e quanto mais marginalizada também exercendo papéis de cuidado em condições precarizadas nesses espaços, estudar e ainda cuidar de si.

No Brasil, essa exploração é também racista e afeta ainda mais as mulheres negras, pois o mercado de trabalho se fundou no regime escravista e segue impregnado por suas estruturas, aprofundadas no neoliberalismo para obtenção de um maior lucro (MORENO, R.; GODINHO, T; FARIA, N., 2020, p.124). Essa realidade pode ser observada nas estatísticas de gênero coletadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2019, que mostram que as mulheres negras possuíam uma média maior de horas trabalhadas em tarefas de cuidado e afazeres domésticos e um menor rendimento *per capita*. Isso se intensificava de acordo com a região, o Nordeste possuía a maior desigualdade, e dessas 37,5% tinham sua renda composta por trabalho em tempo parcial (IBGE, 2021, p. 4).

Esse cenário se agravou na pandemia: a pesquisa realizada em 2020 pela Gênero e Número²⁰ e pela SOF (Sempreviva Organização Feminista) mostra que 60% das mulheres que

²⁰ Organização de mídia que trabalha na interseção do jornalismo de dados, da pesquisa e do debate sobre direitos das mulheres, visibilizando e produzindo dados, a partir de narrativas, estudos e pesquisas.

afirmaram ser responsáveis pelo cuidado de outras pessoas eram negras. 57% das mulheres eram responsáveis por filhos de até 12 anos, 6,4% por outras crianças, 27% por idosos, 3,5% por pessoas com alguma deficiência e 14% por pessoas socialmente consideradas “independentes”.

O apoio a esse cuidado, que já era pouco, foi reduzido com o isolamento: 42% das mulheres responsáveis pelo cuidado o faziam sem apoio; dessas, 57% eram mulheres negras, das mulheres que já contavam com apoio, 51% afirmaram que este diminuiu. Das mulheres que não eram responsáveis pelo cuidado de outros, 50% assumiram essa responsabilidade na pandemia; dessas, 80,6% passaram a cuidar de familiares, 24% de amigos e 11% de vizinhos (SOF, 2021, p. 30-32). Esses dados são interessantes porque evidenciam o aumento das tarefas de cuidado, das horas dedicadas, da presença das mulheres no ambiente privado e que estas são responsáveis até mesmo por adultos saudáveis e “independentes”, parte invisibilizada do trabalho doméstico e de cuidado.

Por isso, tive o receio de utilizar o termo ou mesmo falar de cuidado nessas relações por compreender que este se manifesta e é imposto sim às mulheres enquanto trabalho não pago. Receio de gerar a interpretação de que mais essa jornada precisa ser ou é aplicada nas dinâmicas da militância e contribuir para o inverso do que busco com essa reflexão, além do desserviço ao abrir margem para se confundir o sentido de cuidado para as mulheres e atrapalhar ou ir no sentido contrário de uma análise e contribuições teóricas que concordo e partilho e que se consolidaram a partir do acúmulo de tantas mulheres.

Assim, também a partir de uma lógica decolonial de discussão dessas práticas que são afetivas, optei pelo termo afeto e o adotei enquanto categoria de análise dessas relações sociais. Por partir dessa compreensão, considero necessário ressaltar que analiso o afeto associado à emoção, sensibilidade, à utopia e a nossa capacidade de esperar. E destaco que só deve ser interpretado como tal quando é opcional e no sentido contrário a exploração das mulheres, não como mais uma jornada de trabalho, mas como uma troca afetiva entre companheiras, enquanto ferramenta de resistência.

Nesse sentido, buscamos cultivar o cuidado/afeto como discurso político e prática revolucionária, mas é preciso refletir sobre quais corpos tem direito ao afeto e como ele também é atravessado por armadilhas coloniais. Para a concepção moderna, a razão é atributo masculino e só é permitida às mulheres quando relacionada a esfera produtiva, segundo a historiadora sergipana Beatriz Nascimento (1990) a lógica colonial iluminista:

Vai recobrir a mulher a moral totalizadora, seja como agente ou como submetida. Vai se revestir de fantasias, de sonhos, de utopia, de eroticidade não satisfeita e estagnada pela condição específica da sua arquitetura física e psicossocial. Dentro desse arcabouço, qualquer expressão feminina é revestida pela instituição moral. Representa em si a desigualdade caracterizada pelos conflitos entre submissão x dominação; atividade x passividades, infantilização x maturação. A contrapartida desse estado de coisas coloca a mulher num papel desviante do processo social, em que a violência é a negação da autoestima (NASCIMENTO, 1990, p.266)

Para essa lógica, às mulheres cabe apenas exercer o papel que lhe foi atribuído e ao destoar ou subverter essa ordem estará agindo como um homem, mas não totalmente, já que a essência é a desvantagem. Isso interfere diretamente nas relações afetivas, quanto mais “elementos do sexo masculino” possuir menor o desejo amoroso de repartir afeto. No caso das mulheres negras, a discriminação racial restringe ainda mais suas possibilidades de estabelecer relações afetivas; quanto mais avança profissionalmente e intelectualmente, maior o seu isolamento. A saída para essas mulheres não está na “igualdade iluminista” e sim na desmistificação dos conceitos coloniais de amor e afeto, na rejeição da fantasia de submissão amorosa para assumir uma postura crítica e estabelecer relações afetivas de parceria (NASCIMENTO, 1990, p. 267-268).

A projeção do julgamento moral e da promiscuidade incide sobre essas relações que divergem do molde colonial cristão. Está presente no isolamento, no afastamento dos corpos insubmissos e na classificação maniqueísta ao interpretá-los como “maus” e atribuir a eles agressividade e sexualização. Assim, a branquitude e a moral cristã ao mesmo tempo, hipersexualiza e “demoniza” pessoas não-brancas, LGBTQIA+ e os demais corpos que se opuserem a seguir as normas relacionais da monogamia cisheteronormativa e construir relações afetivas que buscam de fato afeto (NUÑEZ; OLIVEIRA; LAGO, 2021, p. 81).

Por isso, entendo o afeto enquanto uma das estratégias centrais para as lutas das mulheres, já que, de acordo com quantos recortes as atravessam e a postura de enfretamento e subversão que adotam para resistir as opressões, são cada vez menos dignas de relações afetivas para a matriz moderna colonial cristã. Conseguir construir relações afetivas saudáveis e livres de submissão e inferiorização, sem controle de suas possibilidades ou características pessoais, que reguem a sua autonomia e alimentem um olhar crítico e sensível sobre a realidade, é uma prática revolucionária.

Entendo a organização política em redes de afeto como a principal saída para transformar as estruturas que estão postas, para reivindicar a nossa humanidade e o fim da nossa dominação e exploração. Não apenas sobreviver e produzir, ou nos resumir ao quanto

conseguimos acumular e alcançar na busca incessante por prosperidade através da aquisição de propriedade privada. Basear nosso ser em sentir-viver e assim revolucionar, cuidar e ser cuidadas em qualquer conjuntura de forma afetiva, coletiva e política.

Como ouvi de uma companheira educadora recentemente: descolonizar de fato é um processo muito difícil, pois as ferramentas normativas da colonização e as marcas da dominação e exploração capitalista estão em tudo, nas nossas relações e anseios mais íntimos, no nosso subconsciente, nas nossas práticas diárias, não apenas as relacionadas a trabalho ou espaços públicos, estão ainda mais consolidadas no âmbito privado. Descolonizar os afetos é uma tarefa ampla, complexa e coletiva, mas a cada passo, transformadora e revolucionária. Adotar essa postura diariamente levanta discussões e modifica as relações e a vida como um todo, construindo uma liberdade que jamais poderia ser alcançada pelos ideais burgueses.

3.2.AUTO-ORGANIZAÇÃO: ESTRATÉGIA INERENTE ÀS MULHERES

“Mulherada

*Nos pés, nas pontas dos pés
Equilíbrio no desequilíbrio
Vai, vem, volta e salta
Pensa, corre, vira e se revira*

*Roda, gira, rodopia
Longa, curta de todas as cores
O vento passa, balança, levanta
O que se vê? Nada se vê
O que tá escondido
Ninguém vê*

*Deita, levanta, agacha
Por amor, prazer, dor
Sono, insônia
Tanto faz
dia ou noite
A vida toca, toca a vida*

*Segura, puxa, deixa cair
Amarra, solta, estica, enrola
Pinta, fura, pendura
Perdura, muda
Seu corpo, sua alma?
Talvez*

Age, enfrenta, acovarda, reclina-se

*Se ergue, a envergam, reergue-se
Boca, mordança, mãos, algemas
Enxerga a cegueira, ou a cegueira que
enxerga?*

*Grita, cala, murmura
Canta, balbucia, escreve
Prepara-se, prepara as outras
Veste-se se armadura
E aguarda o momento vindouro de se
despir delas.”*

Paula Oliveira Adissi

A segunda década do século XXI foi marcada pelo avanço e reconhecimento do feminismo ocidental, através das redes e mídias sociais que desencadearam sua massificação, mas que não necessariamente se pauta contra o capitalismo e outros sistemas de dominação. Este se caracteriza mais pelo levante e pela insurgência do que pela atuação política continuada, o que tem gerado dificuldade de uma ação continuada em defesa das pautas feministas, de articulação das mulheres que se aproximam das lutas nessa lógica e de renovação dos movimentos feministas. A provocação de Françoise Vergès (2019) aprofunda essa reflexão:

Se feminismo e feministas estão a serviço do capital, do Estado e do império, ainda é possível restituir o fôlego de um movimento que carrega objetivos de justiça social, dignidade, respeito, políticas de vida contra políticas de morte? Não precisamos também defender o feminismo contra os ataques de forças facistas, nestes tempos em que o estupro e o assassinato se tornam as principais armas para disciplinar as mulheres? (VERGÈS, 2019, p. 30).

O desafio dos movimentos para mudar esse cenário é se aproximar e conscientizar politicamente as mulheres que constroem essa forma de feminismo, se adaptar ao que tem de positivo, a insurgência, as novas ferramentas e formas de ecoar nossas lutas. E, dialogar para ampliar seu olhar e maneira de atuação, mostrar que não é possível desvincular as lutas das mulheres do combate ao racismo, ao capitalismo, a lgbtfofia. As lutas feministas não podem ser efervescentes, pontuais e passageiras, são diárias e para que sejam de fato igualitárias precisam ser antissistêmicas. Como nos ensina Bell Hooks (2000):

No início da década de 1980, a evocação de uma sororidade politizada - tão crucial no início do movimento feminista – perdeu o sentido, quando o terreno das políticas feministas radicais foi ofuscado por um feminismo baseado em estilo de vida, que sugeria que qualquer mulher poderia ser feminista, independentemente da sua orientação política. Nem precisava dizer que esse pensamento enfraqueceu a teoria e a prática feministas e as políticas feministas. Quando o movimento feminista se renovar, reforçando repetidas vezes as estratégias que permitirão que um movimento de massa acabe com o sexismo, exploração sexista e opressão sobre todo mundo, a conscientização voltará a ter sua importância original (HOOKS, 2000, p. 30).

A condição das mulheres na atual conjuntura brasileira é inóspita. São as mais afetadas pela precarização do trabalho, pela terceirização, desemprego, fome, violência e esse cenário se agravou ainda mais na pandemia. Devido ao isolamento social, para aquelas que isso foi possível, muitas ficaram presas nos lares com seus agressores, retiradas dos espaços públicos e forçadas ao espaço privado. Esses fatores, junto a uma série de políticas intencionalmente irresponsáveis e neoliberais, aprofundaram a crise política, econômica e social em que já estávamos inseridas desde o golpe de 2016.

Ao contrário do que prega o atual desgoverno brasileiro, a pandemia não gerou essa crise, ela apenas reforçou os dilemas do capitalismo que já estavam postos além de fornecer uma justificativa crucial para as atrocidades que vêm sendo cometidas pelo Estado. Um momento em que o óbvio se torna bandeira de formação de alianças frente ao retrocesso, a valorização da vida e a defesa de um outro sistema que reorganize as relações de produção e reprodução.

Nosso sistema de produção não se importa com a sobrevivência de corpos marginalizados, opta pela renda mínima, pela privatização da saúde, educação e o aumento da precarização das relações de trabalho que afetam diretamente a vida das mulheres. A organização política em comunidade, redes de afeto, coletivos, organizações não-governamentais, sindicatos, partidos e movimentos populares se colocam como meio para garantir suas necessidades básicas, sua sobrevivência. Neste cenário, a auto-organização se configura como a principal saída para resistência das mulheres:

A auto-organização é uma estratégia central na construção do sujeito político coletivo feminismo. A força das mulheres organizadas é capaz de questionar os determinantes das dinâmicas de exploração e dominação. No processo de luta social, as mulheres ampliam sua consciência e capacidade de romper com os padrões e dinâmicas de opressão que marcam a vida de cada uma e de todas. Sabemos que uma nova sociedade não irá florescer apenas dos livros ou teorias, mas sim a partir das práticas coletivas e do enfrentamento às contradições encontradas pelo caminho (VITÓRIA; FARIA; MORENO, 2016, p. 35).

Esse entendimento faz com que nós mulheres sigamos mobilizadas em um esforço coletivo, construindo projetos e alternativas, teóricas e práticas para esse cenário que não nos prejudique ainda mais, que assegure nossa existência e a dignifique e consolidando a economia solidária como uma pauta central das lutas das mulheres. Como se diz em uma das palavras de

ordem²¹ da MMM (Marcha Mundial das Mulheres): “resistimos para viver, marchamos para transformar”.

Assim como no poema de Paula, a mulher não para; age, sente, vive, moto-contínuo pulsante, não só segue o fluxo inerte, reage, transgride, transforma. Encontra na auto-organização um meio para desenvolver pensamento crítico e força, se organiza politicamente pelo reconhecimento, apoio e compreensão enquanto classe e esta ação se torna estratégia central da resistência, fortalecida pela mística que emana e que transcende.

A mística presente e contínua do encontro e da junção das mulheres comprometidas politicamente na busca do que acreditam é ferramenta imprescindível da auto-organização enquanto estratégia. Ferramenta que caracteriza uma forma de afeto ancestral às mulheres, é espiritual e inerente a elas. Brota nas mais diversas localidades, momentos históricos e tipos de lutas e segue sendo alimentada e semeada por suas trajetórias individuais ou coletivas. Porém, é nas ações conjuntas que alcança sua totalidade, não só por ser aplicada e sentida por muitas, mas por assumir seu papel de transformação social concreta na vida das mulheres.

Elemento constituinte de todas as ações dos movimentos de mulheres, mas sentido e posto ainda mais fortemente em ações coletivas, como numa da magnitude da Marcha das Margaridas. Definir mística é um desafio, pois ela em si é um fenômeno decolonial que perpassa todos os sentidos, ainda que esteja presente em todas as etapas da militância e que tenha discutido inúmeras vezes com companheiras/os/es sobre, não acredito que seja possível descrever ou prender em papel toda a sua complexidade. A mística transcende sentidos, conhecimentos, memória, espiritualidade e poesia, é fonte de sensibilidade e engajamento nas lutas populares (BOFF; BETO, 1994).

Originalmente a palavra mistério (mysterion, em grego, provém de múein, que quer dizer perceber o caráter escondido, não comunicado, de uma realidade ou de uma intenção) não possui um conteúdo teórico, mas está ligada à experiência religiosa, nos ritos de iniciação. A pessoa é levada a experimentar, por meio de celebrações, cânticos, danças, dramatizações e realização de 135 gestos rituais, uma revelação ou uma iluminação conservada por um grupo determinado, e fechada. Importa enfatizar o fato de que mistério está ligado a essa vivência/experiência globalizante (BOFF; BETO, 1994, p.12).

Para mim, a mística é um sentimento natural e constante presente nos movimentos populares, com os quais tive contato, mas que está presente em outros movimentos sociais no geral. A mística é o que mantém a gente firme nas lutas, o que nos faz seguir em qualquer

²¹ Frases curtas que utilizamos na agitação e articulação para expressar nossas ideias gerais de forma rápida e emotiva, comumente utilizadas nas místicas, aberturas e encerramentos de ações e espaços.

conjuntura. O esforço de manter a arte, a música, o teatro, a poesia e a nossa história, vinculadas e presentes nas nossas jornadas de luta. Uma lógica de inserir diversas formas de sentir-viver, a nossa memória, identidade e especificidades dos recortes que nos atravessam e juntam enquanto um mesmo povo. Às vezes, funciona como ritual, ou como celebração, mas é principalmente uma forma de afeto coletivo.

Não faço essa análise por fazer parte do movimento, estar imersa no campo ou para romantizar as relações entre mulheres como se não houvesse qualquer tipo de atrito, contratempo e desconexão, até porque eles existem. Não é por serem mulheres que são automaticamente comprometidas com nossas pautas, ou que não reproduzam violência e isso se aplica a quaisquer outros recortes. Quando estamos nos movimentos, há uma postura crítica e analítica interna, que busca não reproduzir formas de opressão. Mas, quando ainda assim acontecem são tomadas medidas de decisão coletiva a respeito, que possibilitam acompanhamento, formação e avanços a partir desses acontecimentos, que são assim transformados em processos educativos.

A mística também é uma prática educativa adotada pelos movimentos, uma das principais referências de utilização dessa ferramenta é o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra):

A mística é uma forte presença dos resquícios dessa formação inicial que foi incorporada ao movimento e transformada em um ritual ecumênico, cultural, político e ideológico. A mística faz parte do cotidiano do MST. Está presente em todos os atos, mobilizações, encontros, assembléias, enfim, em todas as reuniões do MST. É uma forte marca no Movimento, pois alimenta os Sem Terra de esperança, é onde eles se vêem retratados, se identificam, pois ela é uma síntese das histórias de luta que os trabalhadores rurais vivenciam, e uma utopia por dias melhores com a terra conquistada. Através dessa celebração, os valores são cultivados e transmitidos, a interpretação da realidade social é apresentada, a identidade coletiva reforçada, fortalecendo as convicções dos militantes (TORRES, 2010, p. 135).

Dessa forma, a mística se torna elemento inerente a educação na militância, pois transmite o aprendizado de modo mais íntimo e profundo, baseada no reconhecimento e na coragem de transgredir. E conseqüentemente se torna, como ensina a teórica feminista estadunidense Bell Hooks (1994), uma ferramenta pedagógica capacitante e engajada com a prática da liberdade, que aumenta a nossa capacidade de ser de fato livres (HOOKS, 1994, p. 25).

É exercício de liberdade, de retomar de forma humana e afetiva o que foi asfiziado pelo capitalismo, colonialismo e imperialismo nos processos de dominação e subjugação dos nossos

seres. Pode ser materializada em atos, rituais, peças, decorações, apresentações, monólogos e dinâmicas, antes, durante ou depois de qualquer atividade ou ação. Tarefa tão importante quanto a ação em si, o resgate contínuo, do que somos, fomos e queremos ser e viver e que os que vierem depois de nós também o possam. Um momento de geração de força e ânimo pela emotividade, que pode desencadear, tristeza, dor, alegria, felicidade, todos os tipos de sentimentos, mas que resulta em inspiração e coragem para seguir construindo o amanhã.

A mística foi tarefa presente em todas as etapas da Marcha das Margaridas e também um sentimento constante, sentido apenas por partilhar o horizonte e a jornada com outras mulheres, pela auto-organização. Pode ser observada de maneira mais concreta na primeira dinâmica de entrosamento da viagem para Brasília, uma mística de partilha de lembranças das ações anteriores e do motivo que fez aquelas mulheres estarem ali.



Foto 5, Mística de partilha (acervo pessoal da pesquisadora).

“Vim lutar por as que não puderam estar aqui”, “Estou aqui pelas que vieram antes de mim”, “Vamos mudar os rumos desse país”, “Vou mostrar a força da mulher camponesa”, “Por Margarida e por nós”, “Pelas mulheres da minha aldeia”, “Porque acredito em mundo melhor do que o que temos hoje”. Essas foram algumas das falas desse momento que fizeram parte da apresentação da viagem, essas falas foram feitas enquanto passavam um novelo e entrelaçavam suas trajetórias de luta ao falar um pouco de suas próprias histórias, compartilhando memórias entre gerações.

Essa dinâmica tinha o objetivo de criar laços e fortalecer os já existentes, além de dar energia para a jornada. Ao jogar o novelo, a companheira ficaria responsável por cuidar daquela

que o recebesse até o fim da viagem como um anjo da guarda. Entretanto, antes disso, ou sem essa dinâmica, elas já o faziam e cuidavam também das que não estavam no mesmo ônibus e das que encontravam pelo caminho, nos gestos mais simples, ao segurar a porta do banheiro, segurar o café para a outra, amarrar um lenço ou estender a mão para subir uma escada. Ações comuns, feitas por mulheres comuns, mas que naquele contexto podem ser interpretadas como prática coletiva do afeto enquanto discurso político.

Em outra mística disseram o que esperavam da marcha, a maioria esperava aprender e se fortalecer umas com as outras, para mostrar ao povo brasileiro a força da mulher organizada e em movimento. Na fala daquelas mulheres eu me identificava, arrepiada, com uma sensação de coragem no peito e admiração pela alegria que emanavam, apesar dos riscos que enfrentavam em suas trajetórias, simplesmente por existir.

Talvez a Marcha das Margaridas, o que ela significa e desencadeia, seja, para nós mulheres militantes populares, uma das maiores representações e principal característica da estratégia da auto-organização, ela nos torna capaz de “recomeçar sempre, de fazer, de reconstruir, de não se entregar, de recusar burocratizar-se mentalmente, de entender e de viver a vida como processo, como vir a ser...” (FREIRE *apud* HOOKS, 1994, p. 4).

Essa teimosia de não se entregar ao que estava posto como natural, de recusar o caminho colonial a ser seguido, de querer entender as estruturas que atravessam as mulheres e buscar um vir a ser diferente são posturas comuns em mulheres que se identificam com o feminismo. Desde a adolescência tinha vontade de ingressar em alguma forma de organização feminista, no imaginário das ideias que chegavam a mim naquela época no interior da Bahia a lógica era insurgente e pontual, voltada apenas para manifestações em datas específicas, parecia pouco, mas ainda assim havia curiosidade. Não conhecia os movimentos sociais, como eles se organizavam, teorias, vertentes e a possibilidade de construir um novo horizonte de forma continuada e coletiva.

No primeiro contato que tive com o movimento de mulheres o sentimento era de admiração por aquelas mulheres que tanto sabiam sobre nossa história e mesmo com a vida atribulada pelas outras jornadas de trabalho priorizavam aquele espaço de organização política. O comprometimento com as lutas das mulheres não estava apenas na presença, mas em todas as práticas e detalhes que envolviam aquela esfera de suas vidas. Na forma que tomavam as mínimas decisões em coletivo, que planejavam cada espaço interno e externo, em como priorizavam a formação política para que cada uma soubesse a importância de suas ações,

principalmente quando representavam o movimento e outras mulheres, no desejo de acompanhar outras lutas e se inserir em todas as que afetavam a vida das mulheres mesmo quando não tinham pernas para tanto.

O esforço do resgate da nossa memória, o respeito e a valorização de lutadoras do povo que vieram antes de nós e o aprendizado que nos deixaram, prática para renovar a mística e também para avaliar os rumos, absorver estratégias e avaliar nossas ações. A constante autocrítica e análises das conjunturas e das nossas possibilidades para seguir conectadas com a realidade, com o que acreditamos e quando necessário alterar e alinhar os rumos, alterar as lentes, incluir novas ferramentas e abraçar a pluralidade.

O conforto, reconhecimento e a reciprocidade presente nos espaços auto-organizados sempre me saltaram aos olhos, não que não existam nos outros e em outras formas de organização, mas nas que já tive a oportunidade de construir a diferença é evidente. A militância política no movimento estudantil, de juventude e em partidos políticos possuem características e forma de funcionamento específicas e que são diferentes da auto-organização. Mesmo quando possuem setores, núcleos e espaços auto-organizados e o encontro só entre mulheres é preservado, os objetivos e as trocas são diferentes. Outras pautas são priorizadas, os espaços estruturados de forma diferente e o foco voltado para os recortes e lutas que o constituem.

Os movimentos de mulheres que tive contato são voltados para as lutas, as necessidades, os recortes e os elementos constituintes da vida das mulheres em sociedade, tudo que as atravessam, ou aspectos específicos que as organizam para transformar sua realidade. O horizonte de combate à violência contra os nossos corpos, de busca pelo fim da nossa exploração e dominação, de construção de um mundo em que seremos todas realmente iguais e livres é um sentimento comum que gera pertencimento, conforto e esperança. Esse sentimento torna a auto-organização em um lugar afetivo de escuta e potencialidade.

O fato de não terem homens nesses espaços aumenta nosso conforto para expor nossas experiências, indagações e propostas, pois há a certeza da escuta ativa, identificação e do acolhimento. Não é uma cega aceitação, pelo contrário, as ideias são discutidas coletivamente e colocadas em prática somente quando consideradas úteis para os objetivos comuns, mas todas são ouvidas e debatidas horizontalmente. Interrupções e outras manifestações do ego ainda acontecem, mas não são a regra como em espaços mistos com a presença de homens.

Pelo que observei nos movimentos populares de mulheres auto-organizados a norma é não nos reduzir a disputa de espaços de poder, a institucionalização e a individualização, mesmo

após experienciar algumas contradições e limitações, de observar outras e desejar que não existissem ou que fossem solucionadas de imediato. Entendo que são reflexo da sociedade e por isso não serão superadas de um dia para o outro, mas por um processo educativo e emancipatório de constante disputa, politização e avanço coletivo, que será lento, cansativo e difícil. Assim como em outra palavra de ordem da MMM: “é preciso mudar o mundo para mudar a vida das mulheres, mudar a vida das mulheres para mudar o mundo”.

3.3. INSPIRAÇÃO FEMINISTA – PAULA OLVEIRA ADISSI

“Lágrimas e revolução

*Não tenho vergonha
Das lágrimas
Que os meus olhos
Derramam*

*Chorar por este mundo
Por todos e por nós
Pela realidade que vemos e vivemos.*

*Chorar pela revolução
Pela luta e pelos sacrifícios
Não tenho vergonha
Pois a revolução nos queima a pele
E na luta e o nosso próprio corpo que se aventura.*

*Não tenho vergonha
Das lágrimas
Que os meus olhos
Derramam*

*Lágrimas pela vida.
Que meus ancestrais tiveram
Pela vida que tenho
Pela vida que quero ter
E que nosso filho tenha*

*Não tenho vergonha
Das lágrimas
Que os meus olhos
Derramam.*

Mas que as lágrimas

*Não nos pare os pés
Não nos cale a voz
Nem nos desmoleça
Os punhos.”*

Paula Oliveira Adissi

Este tópico para mim é símbolo do processo de construção da memória das mulheres, de todo o trabalho o mais próximo do coração, é sobre a mulher que instigou em mim a ideia e o objetivo de construí-lo, a personificação de afeto e auto-organização, nossa eterna companheira. Assim como suas próprias palavras no poema acima evidenciam, Paula era mística, força, ação e poesia.

Foi militante do movimento estudantil, sindical, feminista e popular. Ao longo de sua jornada, construiu lutas nos mais diversos setores da sociedade e se construiu enquanto referência nacional de militância e busca pela dignidade e liberdade do povo brasileiro. Em sua primeira graduação em Jornalismo se aproximou do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra através de um coletivo de assessoria ao movimento e não se afastou mais das lutas populares. Era integrante da Marcha Mundial das Mulheres e da Consulta Popular na Paraíba.

Quando a conheci Paula construía o núcleo da MMM de Campina Grande, nos encontrávamos nas reuniões e encontros estaduais, ela era comumente responsável pela mística ou pelo momento de formação política. A primeira tarefa, a mística, assumia por vontade própria e cuidava dos mínimos detalhes com muita sensibilidade, formulava toda uma narrativa de acordo com o que seria discutido no espaço ou o tipo de ação, misturava formas de arte diferentes e às vezes criava todo um ritual. Sua naturalidade, talento e dedicação eram genuínos, era visível o quanto ela gostava e a importância que dava e nos ensinava, a imersão.

Já a segunda, a formação política, lhe era atribuída pelas outras companheiras por saber do acúmulo prático e teórico que possuía. Quando falava ou simplesmente por estar em algum espaço, sempre avistava olhares de admiração, espelhados no meu. Paula era a mulher forte que os homens não se atreviam a interromper, apenas escutavam em silêncio e absorviam o aprendizado. Uma companheira com uma capacidade de análise e formulação de estratégias que demonstravam sua experiência e sensibilidade, apesar da pouca idade.

Foi responsável pela formação de muitas companheiras e companheiros inclusive de outros movimentos do campo popular, pois se colocava a disposição para ajudar nas tarefas, tirar dúvidas e auxiliar os mais jovens, uma atenção afetiva que nos dava apoio e confiança. Nos ensinava sobre a importância de ter paciência com as contradições, mas transformá-las em

processos educativos da forma mais pedagógica possível, não deveríamos ser permissivas com determinadas posturas e limitações. Priorizava o esforço em transformar as duras críticas e os acontecimentos frustrantes em processos de aprendizado. Militava em diversos espaços, mas era na força das mulheres auto-organizadas que depositava sua esperança.

Paula faleceu aos 37 anos devido a um câncer de colo do útero, em 05 de dezembro de 2019 e se tornou símbolo de militância política e das lutas das mulheres. Nas memórias que tenho estava sempre encorajando e pronta para impulsionar outras mulheres, lhes ceder o ombro ou os ouvidos atenciosamente e, após a longa escuta, viria um conselho ou o convite para tomar uma cerveja e celebrar a vida. Fazia questão de comemorar, de bordar carnavais, culturais e festas juninas, festejar as pequenas e grandes vitórias e nos momentos difíceis festejar o porvir, a esperança.

Forrozeira, costureira, poeta, comunicadora, socióloga, professora, Paula tecia afetos por onde passava, construiu as místicas mais fortes e lindas que presenciei e que sempre nos deixavam lágrimas nos olhos e coragem no peito para agir. Como ela mesma colocou em um poema para companheiros e companheiras que partiram:

*“A luta que nos ensinaste com tua trajetória
Em nós se germina,
E ai de sermos um solo fértil
Para que tua vida, tua luta e teus sonhos
Aqui renasçam.”*

Paula dedicou a vida aos ideais que acreditava e defendia com o grito sempre pronto na garganta: *“Pátria livre! Venceremos!”*, ao apenas ler essas palavras consigo ouvir sua voz. Tocou profundamente aqueles que tiveram o privilégio de caminhar ao seu lado e sua trajetória de luta e palavras inspiradoras seguem nos mostrando o caminho para uma pátria livre de todas as formas de opressão. Paula vive e com seus ensinamentos; seguiremos sua luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Em tempos difíceis é preciso florescer.
Antes que esse ano acabe,
antes que tire mais um pouco da gente,
da nossa gente.
É preciso seguir sentindo
E mesmo endurecendo
Tirar flor do tronco,
Que nem pé de jambo.*

Escrevi esse poema um pouco após a marcha, de lá pra cá esse trabalho mudou de forma inúmeras vezes, mas nunca de tema, o central, o coração sempre foi o encantamento na força das mulheres reunidas, independente da causa, ação ou trajetória que decidam trilhar, desde que haja comprometimento político com as lutas das mulheres e a busca constante pelo fim de tudo que nos oprime. A força emanada do encontro e da construção coletiva, a potência contida e semeada pelo afeto que nos ajuda a caminhar nas mais duras realidades e florescer.

A pesquisa aqui apresentada mostra o encontro entre afeto e auto-organização e seu potencial revolucionário. Pelo aprendizado, pelo reconhecimento, pela inspiração e instiga ao ver a nossa diversidade, de vivências e capacidades. Enquanto discurso político e estratégia de ação, para materializar o pensamento crítico produzido por tantas em suas localidades e mesmo ao reivindicar ou não a bandeira feminista ou até gênero e a categoria de análise mulher, entender os recortes que atravessam aquelas que assim se tornaram na sociedade e que desse termo se apropriam e ressignificam, por identificação ao ser mulher em suas mais diversas possibilidades e assim transgredir e transformar.

Na investigação priorizei os acúmulos teóricos, as emoções e vivências das interlocutoras com quem tive contato na Marcha das Margaridas e a minha própria experiência para explicitar o quanto a prática da auto-organização e do afeto podem contribuir para a continuidade e a ramificação das lutas das mulheres. Por isso, repito meu posicionamento do último capítulo em que sintetizo o que absorvi de mais importante em sua construção: entendo a organização política em redes de afeto como a principal saída para transformar as estruturas que estão postas, para reivindicar a nossa humanidade e o fim da nossa dominação e exploração. Não apenas sobreviver e produzir, ou nos resumir ao quanto conseguimos acumular e alcançar na busca incessante por prosperidade através da aquisição de propriedade privada. Basear nosso ser em sentir-viver e assim revolucionar, cuidar e ser cuidadas em qualquer conjuntura de forma afetiva, coletiva e política. Dias mulheres virão!

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política e Sociedade**. Volume 15. Florianópolis: 2016.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira De Ciência Política**, 2013.
- BANDEIRA, Lourdes; MIELE, Neide, GODOY, Rosa (Orgs). **Eu Marcharei na tua luta: a vida de Elisabeth Teixeira**. João Pessoa: 1997.
- BARBOSA, Silvia Maria Silva. **O poder de Zeferina no Quilombo do Urubu: uma reconstrução histórica político-social**. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo: 2003.
- BARROS, João Paulo Pereira. BENÍCIO, Luis Fernando de Souza. PINHEIRO, Jéssica Pascoalino. Relações entre Homicídios de Jovens e Intensificação de Fascismos no Brasil. In: As vicissitudes da experiência no mundo digital. **Anais** [recurso eletrônico] / 2º Simpósio Internacional de Teoria Crítica e 1º Encontro Nexos – Teoria Crítica e Pesquisa Interdisciplinar, 1 a 5 de novembro de 2016, Sobral, CE. – Florianópolis, UDESC, CEART, 2017.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BLANEY, David L.; TICKNER, Arlene B. Worlding, Ontological Politics and the Possibility of Decolonial IR. Millenium: **Journal of Internacional Studies**, 2017.
- BOFF, Leonardo; BETO, Frei. **Mística e espiritualidade**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.
- BOZZANO, Caroline Betemps. Feminismos transnacionais descoloniais: Algumas questões em torno à colonialidade nos feminismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019.
- CARVALHO, Priscila. Epistemologia e colonialidade de gênero. In: **Estudos em decolonialidade e gênero**. MARIM, Caroline. CASTRO, Susana de. (Orgnização). Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021.
- CURIEL, Ochy. **Descolonizando el feminismo: uma perspectiva desde America Latina y el Caribe**. Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista. Buenos Aires: 2009.
- CONTAG. Marcha das Margaridas. 2019. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=614&ap=1&nw=1>. Acesso em: 10/01/2022.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, Nalu. Desafios feministas frente a ofensiva neoliberal. In: MORENO, Renata; ZELIC, Helena (org.). **Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal**. São Paulo: SOF, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o Velho e o novo sindicalismo rural**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1968].

GALHERA, Katiúscia Moreno; MASO, Tchella. Abertura: Dossiê “Feminismos, Gênero e Relações Internacionais”. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 06, n. 11, 2017.

GARRIDO, Sam Fernández; AGÍS, Elisa Alegre. **Autoetnografías, cuerpos y emociones: Perspectivas feministas en la investigación en salud**. Tarragona: Universitat Rovila I Virgili, 2019.

GOMES DE JESUS, Jaqueline. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: J. G. Jesus et al. (Org.). **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia., 2014.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto.**: Rio de janeiro: Bazar do tempo, 2019 [1984].

GROSGOUEL, Ramón. Racismo/sexismo epistémico, universidades ocidentalizadas y los cuatro genocídios/epistemicidios del largo siglo XVI. **Tabula Rasa**. Bogotá, n.19, p.31-58, julio-diciembre, 2013.

GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano: reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo**. Buenos Aires; Paidós, 2004.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto.**: Rio de janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020 [2000].

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017 [1994].

IBGE. Estatísticas de gênero. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 10/01/2022.

JAEGER, Melissa Bittencourt; LONGHINI, Geni Nuñez; DE OLIVEIRA, João Manuel de Oliveira; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. **Revista Periodicus**, n.11, v.2, 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli et al. (org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres – Desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher; Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

LORDE, Audre. **Irmã intrusa, idade, raça, classe e sexo: mulheres redefinindo diferenças**. Tradução de Virgínia Vasconcelos Leal, 2018 [2013].

LUGONES, María. Rumo a um Feminismo Descolonial. Florianópolis: **Revista de Estudos Feministas**, 2014 [2010].

MARCELINO, Maria Fernanda; FARIA, Nalu; MORENO, Tica. **Trabalho, corpo e vida das mulheres - uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios**. São Paulo: SOF, 2014.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones Del Signo, 2014.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. [2019]

MORENO, Tica; GODINHO, Tatau; FARIA, Nalu. Trabalho como produção do viver: consequências políticas para o feminismo. **Revista de Ciências Sociais**, nº 53, Junho/Dezembro de 2020, p. 116-130.

MORENO, Renata; ZELIC, Helena (org.). **Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal**. São Paulo: SOF, 2019.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela descolonialização na Reserva Indígena e acampamentos-tekoha - Dourados/MS**. Presidente Prudente: UNESP, 2015.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: 2019.

NUÑEZ, Geni. OLIVEIRA, João Manuel de. LAGO, Mara Coelho de Souza. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. In: **Teoria e Cultura**. Vol. 16 n.3 Setembro-Dezembro de 2021, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2021.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituado o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 [2004].

PAREDES, Julieta Elisa Carvajal. **1492 Conexão patriarcal: a situação das mulheres dos povos indígenas de Abya Yala após a invasão colonial de 1492**. Buenos Aires: FLACSO, 2018.

PLATAFORMA POLÍTICA DA MARCHA DAS MARGARIDAS. Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência. 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos A. (Eds). **Coloniality at large: Latin America and the postcolonial debate**. Durham/London: Duke University Press, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, Solange Pereira da. Gênero, raça e etnia: A conquista da liberdade: alforrias de mulheres escravizadas na cidade da Paraíba, século XIX. In: MACHADO, CJS., SANTIAGO, IMFL., and NUNES, MLS., orgs. **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

ROCHA, Karla Cristina Eiterer; ROCHA, Enilce do Carmo Albergaria. A literatura e a representação feminina em Dandara, a heroína negra de Palmares. **Revista IPOTESI**. Juiz de Fora: v.23, n.1, p. 43-54, jan./jun. 2019.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. Belo Horizonte: **Horizonte**, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, 2015.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex, in: REITER, Rayna R. (org.) **Toward an Anthropology of Women**. Nova York: Monthly Review Press, 1975.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SARAIVA, Márcio Sales. Gênero e orientação sexual: uma tipologia para o movimento trans feminista. In: J. G. Jesus et al. (Orgs.). **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia., 2014.

SCHRIEWER, Klaus; AGEA, José Luis Días. Cuestiones prácticas en cuanto a la elaboración de relatos biográficos. Practical issues regarding the development of biographical narratives. **Revista Miscel·lània**, n° 20, 2015.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. In: **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, Berenice Gomes da. **A Marcha das Margaridas: resistências e permanências**. Brasília: UnB, 2008.

SOF. **Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. São Paulo: SOF, 2021.

SOTO, Raianna Moraes. **A classificação racial como organizadora da modernidade: Uma análise afrocentrada sobre a colonialidade do poder**. Salvador: UFBA, 2019.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

TORRES, Cristiane Lima. O simbolismo do MST na marcha e na mística: espaço itinerante de formação humana. **Revista Espaço Acadêmico**, n° 110, Julho, 2010.

VALENCIA, Sayak. El transfeminismo no es un generismo. **Revista Pléyade**, n. 22, Edição Julho-Dezembro, 2018.

VENTURA, Raissa Wihby; KRITSCH, Raquel. Relações Internacionais, teorias feministas e produção de conhecimento: um balanço das contribuições recentes. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 06, n. 11, 2017.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020 [2019].

VITÓRIA, Carla; FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Reação patriarcal contra a vida das mulheres: debates feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho**. São Paulo: SOF, 2016.

WALSH, Catherine. (Des)humanidad(es) e Universidad(es). In: **Revista Observatório Itaú Cultural: Políticas Culturais para a Diversidade: Lacunas Inquietantes**, n. 20. São Paulo: 2016 [2014].